

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO¹

ESTUDIOS DE LAS MUJERES EN EL CONFLICTO ARMADO SALVADOREÑO

Ana Silvia Ortiz Gómez²
Universidad de El Salvador (UES)

Emili Michelle Sandoval García³
Universidad de El Salvador (UES)

Maria Elizabeth Cosmo Melo⁴
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

¹ Texto publicado originalmente em espanhol, por Ana Silvia Ortiz Gómez e Emili Michelle Sandoval García, em 2025. [ORTIZ GÓMEZ, Ana Silvia; SANDOVAL GARCÍA, Emili Michelle. Estudios de las mujeres en el conflicto armado salvadoreño. In: ORTIZ GÓMEZ, Ana Silvia; ARÉVALO, Amaral (coord.). **Corporalidades combativas**: Género y sexualidades en la Guerra Interna Salvadoreña (1970-1992). San Salvador; Rio de Janeiro: IEHAA-UES; IFF-FIOCRUZ, 2025. p. 39-76].

² Antropóloga social, mestra e especialista em Estudos da Mulher pela Universidad Autónoma Metropolitana, no México. Entre 2006 e 2025, atuou como pesquisadora do Instituto de Estudos Históricos, Antropológicos e Arqueológicos da Universidad de El Salvador (IEHAA-UES), que dirigiu de 2021 a 2025. Atualmente, colabora com a Unidade de Gestão Documental e Arquivos da mesma universidade. Suas pesquisas concentram-se nas relações entre gênero, cultura e meio ambiente, na participação das mulheres no conflito armado salvadoreño e na diversidade sexual. É integrante de importantes redes de pesquisa nacionais e internacionais e, em 2025, foi nomeada candidata a pesquisadora nacional pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia de El Salvador – Email: silvia.ortiz@ues.edu.sv – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1591-3801>.

³ Licenciada em Antropologia Sociocultural pela Universidade de El Salvador e pesquisadora independente. Sua linha de pesquisa concentra-se nas relações entre gênero e o conflito armado salvadoreño – E-mail: emilisandoval95@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5611-8430>.

⁴ Licenciada em História (2016) e Pedagogia (2017), especialista em História, Sociedade e Cultura (PUC-SP, 2018) e mestra em História (PUC-SP, 2021). Doutoranda PUC-SP em História Social. Professora e educadora social desde 2016. Suas áreas de interesse são História das Mulheres, Literatura e ditadura e Terrorismo de Estado. Integra grupos e redes de pesquisa vinculados à PUC-SP, à USC- Espanha e à REDET – Rede Internacional de Estudos sobre Estado de Exceção e Terrorismo de estado – E-mail: liza.cosmo@hotmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1003-0555>.

Resumo: Este trabalho apresenta um estado da questão acerca dos estudos sobre a participação das mulheres no conflito armado salvadorenho, buscando compreender como diferentes pesquisas têm abordado suas experiências, formas de mobilização e os impactos da guerra sobre suas trajetórias. A partir do levantamento e da análise de produções situadas principalmente nos campos da sociologia, psicologia, história e antropologia, identificam-se diferentes eixos de investigação, que contemplam a atuação das mulheres em movimentos sociais e organizações político-militares, as continuidades e rupturas dos papéis de gênero, a construção da identidade e da subjetividade feminina e, mais recentemente, as múltiplas formas de violência que atingiram mulheres e corpos feminizados durante o conflito. A literatura analisada evidencia que a participação feminina na guerra produziu deslocamentos importantes nas representações tradicionais de gênero, possibilitando a emergência das mulheres como agentes políticas, embora também tenha reproduzido desigualdades e papéis generificados no interior das organizações revolucionárias e no período pós-guerra. Os estudos sobre trauma, memória e subjetividade também demonstram que os efeitos da violência ultrapassaram o período do conflito, permanecendo nas experiências individuais e coletivas das mulheres. Nesse percurso, observa-se ainda a ampliação das perspectivas de pesquisa para abarcar a violência sexual e as experiências de mulheres trans, contribuindo para tensionar abordagens anteriores e ampliar a compreensão sobre gênero, violência e participação política no contexto salvadorenho.

Palavras-chave: mulheres; conflito armado; gênero.

Introdução

O texto a seguir é um estado da questão sobre como se estudaram as mulheres durante a guerra civil do final do século XX, cujo propósito é servir de ponto de partida para quem se inicia nessa temática⁵. Este documento é resultado da revisão das investigações publicadas nas Ciências Sociais, com o objetivo de identificar os temas, as perspectivas teóricas, as abordagens metodológicas e seus principais achados⁶.

⁵ Agradecemos à antropóloga Ana Karina Roque Rivas o apoio na sistematização documental e na primeira versão da bibliografia.

⁶ Sobre os trabalhos incluídos neste estado da arte, queremos ressaltar o seguinte: 1) A maioria das investigações contempladas está em espanhol, razão pela qual fica pendente uma segunda versão que abarque as produzidas em outros idiomas. 2) Há dois itens emergentes desde a perspectiva dos direitos humanos: a) a experiência das mulheres trans no marco da violência social contra corpos feminizados e da violência política da época; b) a violência sexual contra as mulheres guerrilheiras que, embora por ora não contem com documentos acadêmicos publicados para consulta, as pesquisadoras e os pesquisadores apresentaram avanços de seus estudos em meios eletrônicos. E, dada sua relevância ao introduzir novas perspectivas de investigação sobre as mulheres e o conflito armado salvadorenho, decidimos incorporá-los. Sobre as investigações que não foram contempladas: a) as referentes ao estudo das mulheres na transição à democracia e no pós-guerra; b) os testemunhos publicados sobre mulheres e sua participação na guerra civil salvadorenha, já que consideramos que estes não são investigações, mas fontes para o estudo.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

Na primeira seção apresentam-se os estudos sociológicos e históricos com enfoque de gênero que analisam as mulheres salvadorenhas nas mobilizações sociais do século passado, anteriores ao conflito armado, e a caracterização de suas condições de vida e de trabalho (Navas, 2013; Gould, 2021). A segunda centra-se nas investigações de corte sociológico com ótica feminista e olhar macro, meso e microsocial, que dão conta de sua participação durante a guerra civil e que seguem três linhas de trabalho: a) as ativistas dos direitos humanos nos anos prévios e durante a guerra (Guzmán e Mendía, 2013); b) os microprocessos por trás da mobilização feminina (Viterna, 2014a; 2014b; 2006); c) a continuidade e ruptura de estereótipos tradicionais de gênero em nome da revolução e seu impacto em suas vidas (Navas, 2013; 2018). A terceira refere-se aos trabalhos que, a partir da psicologia e da perspectiva de gênero, examinam a identidade e a subjetividade das mulheres salvadorenhas no conflito armado (Garaizabal e Vásquez, 1994; Vásquez, Ibañez e Murguialday, 1996; Aguiñada, 2000). Uma quarta apresenta as primeiras indagações que, a partir da história e da antropologia e desde a perspectiva dos direitos humanos, colocam em debate as múltiplas violências contra as mulheres combatentes e os corpos feminizados durante a guerra (Feder e Chavez, 2016; Díaz e Beltrán, 2018; Cuellar citada por Flores, 2023, e Díaz, 2023). Por fim, apresentamos as conclusões.

1. Antecedentes das mulheres salvadorenhas nas mobilizações populares

Em sua tese de doutorado intitulada “Movimiento de mujeres en El Salvador (1986-2008): Desde “su invisibilidad histórica y política hasta la incorporación de la perspectiva de género” (2013), a socióloga salvadorenha Candelaria Navas, por meio da perspectiva feminista e de sua teoria de gênero, propôs-se contribuir para dar visibilidade às mulheres na história do país desde meados do século XIX até a primeira década do novo milênio.

Especificamente, a socióloga salvadorenha retoma o conceito de gênero proposto pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde:

[...] O gênero é mais do que uma categoria. É uma teoria ampla que abarca categorias, hipóteses, interpretações e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo. O gênero está presente no mundo, nas sociedades, nos sujeitos sociais, em suas relações, na política, na cultura. O gênero é

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

a categoria correspondente à ordem sociocultural configurada com base na sexualidade: a sexualidade, por sua vez, definida historicamente pela ordem de gênero”. Do mesmo modo, Lagarde considera o gênero uma construção simbólica dos atributos atribuídos às pessoas a partir de suas características sexuais, que são de índole físico-biológica, política, social, econômica, jurídica, psicológica e cultural [...] (Navas, 2013, p. 2-3).

Em seu trabalho, Navas examinou três dimensões do gênero: a) a sociocultural e histórica, que parte da premissa de que cada época e sociedade constrói significados e valorações distintos para a diferença sexual entre homens e mulheres; b) a social, que analisa a relação desigual de poder entre homens e mulheres nos âmbitos familiar, laboral, educativo e pessoal, a partir de seus papéis; e c) a política, que aborda a ação para transformar a iniquidade (2013, pp. 5-6). Ao utilizar a teoria de gênero para gerar conhecimento que contribua para erradicar a desigualdade na sociedade salvadorenha, Navas transcende o estudo da condição feminina ao examinar as relações de poder entre homens e mulheres (Blázquez, citada em Navas, 2013, p. 4).

Com a revisão sócio-histórica sobre a participação e os aportes individuais e coletivos das mulheres às mudanças socioculturais e políticas em El Salvador, desde 1841 até 2008, a autora ofereceu um estudo pioneiro em seu gênero. Como resultado deste, propõe seis períodos para o estudo do Movimento de Mulheres e Feminista (MMyF) em El Salvador e, dados os interesses deste trabalho, retomamos os três primeiros para reconstruir os antecedentes históricos das mobilizações das mulheres salvadorenhas anteriores ao conflito armado.

1.1. Mulheres na luta de classes, na disputa pelo sufrágio e pela igualdade em El Salvador

Navas considera que, na segunda metade do século XIX, com a criação da Universidade de El Salvador (1841), o acesso parcial das mulheres à educação e as primeiras graduadas universitárias constituíram um marco significativo na irrupção das mulheres salvadorenhas no espaço público. As ideias marxistas-leninistas que circularam desde os anos 1920 no país e predominaram na massa crítica até a assinatura dos acordos de paz foram a primeira tendência orgânica das mulheres salvadorenhas, constituindo-se a classe social e sua organização nos fatores determinantes na busca de transformações estruturais.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

Um marco importante nesse contexto foi a criação da Fraternidade de Mulheres Salvadorenhas em 1956, que se destacou como a primeira organização de seu tipo e foi formada por operárias provenientes do Partido Comunista Salvadorenho. Simultaneamente, Navas identificou uma representação minoritária de feministas que não estavam vinculadas a nenhuma organização formal, composta por acadêmicas, artistas e jornalistas, que teve certa presença na vida social da época e exerceu uma influência notável. No entanto, seu impacto não se traduziu em demandas feministas concretas nem em níveis organizativos de maior alcance.

A autora propõe classificar como movimentos de mulheres as organizações que surgiram entre 1957 e 1993 e que se conformaram para

[...] enfrentar, socializar, reconhecer e resolver necessidades e interesses ligados à condição de gênero subordinado e discriminado”. Caracterizam-se pela busca de mudanças que melhorem a condição e/ou a posição das mulheres na sociedade. Além disso, constroem-se e desconstroem-se permanentemente [...] (Navas, 2013, p. 48).

Esses movimentos eram compostos principalmente por camponesas, operárias e vendedoras do setor informal. Segundo Navas, não existem dados nos documentos que confirmem a participação das mulheres nas organizações camponesas do final do século XIX nem no grande levante social de 1932. No entanto, apesar da proscrição do movimento camponês em 1938, considerado ilegal durante décadas sob regimes autoritários, estima-se que a proporção de mulheres no setor sindical seja maior do que no camponês. Isso se deve a que, desde cedo, as mulheres foram absorvidas pelo mercado de trabalho metropolitano em expansão durante a modernização salvadorenha.

Embora até 1930 predominasse na América Central uma visão conservadora dos papéis de gênero por parte das mulheres, em El Salvador, em meio às lutas contra a ditadura de Maximiliano Martínez⁷, às reformas sociais e à construção da nação, surgiram vozes como a de Prudencia Ayala. Indígena, escritora e feminista pioneira salvadorenha, ela colocou o tema do sufrágio feminino na arena pública ao autoproclamar-se candidata à presidência da República em 1931, duas décadas antes de que o sufrágio feminino se tornasse efetivo no país, sendo a primeira mulher na América Latina a fazê-lo (Castillo, 2020). Ainda que, em 5 de

⁷ Hernández passou à história como o fundador da ditadura militar no país.

dezembro de 1938, a Assembleia Nacional Constituinte tenha concedido o voto às mulheres salvadorenhas, mesmo com limitações e condições, este não se tornou efetivo devido às dificuldades políticas e econômicas de Martínez, que considerava o sufrágio das mulheres um caudal de votos favorável à sua eleição (Navas, 2013, p. 23).

Cabe ressaltar que, até 1930, a sociedade salvadorenha era eminentemente católica, e o horizonte simbólico das mulheres estava limitado ao modelo sacrificial da Virgem Maria. Ainda que, paradoxalmente, tenha sido a fé cristã, em sua vertente progressista, a que levou as mulheres camponesas, estudantes e mães de família ao espaço público.

A Frente Democrática Feminina surgiu antes da queda do coronel Martínez e teve como objetivo integrar as mulheres de diferentes estratos sociais na luta pela renúncia do ditador e por reformas democráticas. O movimento social de 1944 aglutinou mulheres e homens de vários estratos da sociedade salvadorenha que denunciaram as injustiças, resistiram à repressão estatal e exigiram e conseguiram a renúncia de Martínez. Em 1945 emergiu a Associação de Mulheres Democráticas de El Salvador, cujo órgão de difusão se denominou Tribuna Feminista. No ano seguinte, fundou-se a Liga Feminina Salvadorenha, que teve papel crucial na conquista efetiva do sufrágio feminino em 1950 e na ratificação, um ano depois, da Convenção sobre os Direitos Civis e Políticos da Mulher⁸.

A autora destaca que, desde meados dos anos 1950, observou-se “um despertar silencioso no campo”. Esse fenômeno foi resultado da rápida modernização econômica, que provocou uma forte migração do campo para a cidade, assim como da influência da teologia da libertação. Por sua vez, as mulheres mobilizadas no marco de sua militância política e eleitoral em torno do governo de Osorio em 1951 foram chamadas a participar de um seminário do Conselho Interamericano de Mulheres (CIM), o que refletiu o interesse do regime em promover as mulheres no discurso oficial divulgado pela imprensa da época. Essa estratégia durou pouco, devido à substituição de Osorio no executivo pelo coronel José María Lemus, que representava um setor mais conservador, repressivo e autoritário e que assumiu o executivo do país por meio do Partido Revolucionário de Unificação Democrática (PRUD) (p. 54).

⁸ Para mais detalhes sobre o surgimento das primeiras organizações de mulheres de origem popular no país, ver a entrevista pessoal que Candelaria Navas realiza em sua tese de doutorado com Berta Deras de Aguiñada, fundadora da Fraternidade de Mulheres Salvadorenhas.

Até então, a participação sociopolítica das mulheres salvadorenhas inicia-se com a exploração dos espaços de ação de mulheres independentes e grupos organizados, enquadrados por dois fatos: a presença de Prudencia Ayala e sua autoproclamação como candidata à presidência da República em 1930 e a obtenção do voto feminino em 1950. Da mesma forma, destacaram-se aquelas intelectuais que começaram a incursionar na política, na literatura e nas artes (Navas, 2018, p. 68).

A especialista salvadorenha considera que, durante a metade da década de 1950, surgiram as primeiras organizações exclusivamente femininas, cuja ênfase era setorial, ainda que tenham elaborado reivindicações e estratégias de ação próprias ligadas à esfera doméstica. As mulheres integram-se às diferentes organizações que conformam o movimento popular e incluem suas demandas de classe dentro da plataforma das demandas populares (2013, p. 68).

Desde seu surgimento, o Partido de Conciliação Nacional (PCN), em 1960, e o Partido Democrata Cristão (PDC), em 1961, configuraram-se como os novos atores na vida política do país. O PCN representou um instrumento do exército salvadorenho que acabou por derrubar, um ano depois, Lemus, e o PDC aglutinou uma classe média intelectual e setores populares que acreditavam na possibilidade de construir um projeto político alternativo ao oficial. Durante o quarto de século seguinte, esses partidos desempenharam um papel fundamental na política salvadorenha e, em ambos, criaram-se comitês femininos, vinculados a tarefas logísticas e organizativas, cuja ação foi decisiva para o desenvolvimento e o crescimento das organizações políticas.

Especificamente o PDC desenvolveu um discurso que enaltecia as mulheres em seu papel de mães, um dos valores mais arraigados na identidade feminina salvadorenha da época. Além disso, o Partido encampou a luta por uma legislação que protegesse os direitos econômicos de mães e esposas, exigindo dos pais o cumprimento de suas responsabilidades econômicas e de criação (Vásquez e Murguidaray citadas em Navas, 2013, p. 56). No início da década de 1960, o PCN promoveu um discurso sobre as mulheres como “rainhas do lar” e “educadoras de seus filhos”. Essa mensagem repercutiu especialmente entre as mulheres dos mercados, muitas das quais eram chefes de família que enfrentavam duras condições de sobrevivência devido à precariedade laboral e às perseguições que sofriam:

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

[...] este setor, caracterizado por sua combatividade e representatividade numérica, considerado um forte bastião eleitoral, [foi] um dos que determinaram o triunfo do PDC na prefeitura da capital para Napoleón Duarte, fundador e líder carismático do partido durante vários períodos, de 1964 a 1976, e, posteriormente, sua eleição à presidência da república em 1984 [...] (Navas, 2013, p. 56).

A partir de então, o voto feminino será capitalizado por esses partidos, sem considerar seu direito de serem eleitas em cargos de eleição.

1.2. As mulheres salvadorenhas entre fraudes eleitorais, golpes de Estado e repressão política

O início da década de 1970 viu nascer o Comitê de Mulheres Sindicalistas, que, tempos depois, converter-se-ia no Comitê Provisório de Mulheres Salvadorenhas, o mesmo que, em 1975, constituiu-se na Associação de Mulheres Progressistas de El Salvador (AMPES) e que desapareceu em 1980. Os anos subsequentes foram de recrudescimento da repressão contra a oposição política, particularmente contra os movimentos de greve e as reivindicações sindicais e estudantis, mas também do surgimento e da ascensão das organizações político-militares às quais gradualmente se incorporaram mulheres, especialmente professoras e estudantes. Nesse marco, destacam-se a Grande Greve lançada em 1971 pela Associação de Educadores Salvadorenhas 21 de Junho (ANDES), formada em 75% por mulheres, e a intervenção militar na Universidade de El Salvador em 1972 (UES), que foi acompanhada por uma intensificação da luta popular, na qual as mulheres participaram de reivindicações de classe, vinculadas a seus próprios sindicatos (Navas, 2013, p. 66).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, ao proclamar 1975 o Ano Internacional da Mulher e o período 1976-1986 como a Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, promoveu medidas de política pública para a igualdade entre mulheres e homens, tendentes à sua integração ao desenvolvimento. Nesse contexto, em fevereiro de 1979, as Forças Populares de Libertação (uma das cinco organizações que conformaram o FMLN) fundam a Associação de Mulheres de El Salvador (AMES) e irrompem na cena política nacional com uma práxis feminista e revolucionária, redefinindo o conceito de revolução

socialista ao contemplar a derrubada do capitalismo e do sistema patriarcal como parte do mesmo ideal revolucionário das mulheres salvadorenhas (Sierra, 2018)⁹.

[...] as mulheres tinham que se organizar no presente para construir uma sociedade livre de opressão de classe e de gênero. Da mesma forma, [a AMES] criticou as feministas liberais ocidentais que ignoravam a divisão de classe entre as mulheres e buscavam sua inclusão dentro do sistema capitalista. Em resumo, a AMES abordou o marxismo e o feminismo como teorias vivas, que desenvolveu e fortaleceu em sua prática [...] (Sierra, 2018).

Por sua vez, a AMPES, membro da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), centrou-se inicialmente nas mulheres trabalhadoras e colaborou em sindicatos sob a influência do Partido Comunista Salvadorenho (PCS). Nessa época, a ANDES, sob a liderança de Mérida Anaya Montés, criou alianças com o setor operário e camponês, a população das favelas, bem como com a população universitária e profissional, que constituiu a base da criação da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR)¹⁰. Graças à investigação do historiador estadunidense Jeffrey Gould, apresentada em seu livro “Solidaridad bajo asedio: El movimiento obrero salvadoreño entre el cielo y el infierno, 1970-1990” (2021), é que a carência de conhecimento a partir de uma perspectiva de gênero sobre o movimento sindical salvadorenho começa a ser suprida.

1.3. Relações de gênero na ascensão sindical da indústria pesqueira

Gould (2021) enfoca a luta de 1.500 trabalhadores sindicalizados, em sua maioria mulheres de Puerto El Triunfo, Usulután, El Salvador, quando a ascensão da exportação de camarões era uma fonte importante de divisas para o país e que, a partir de 1980, enfrentaram assassinatos e perseguições, o que obrigou sua liderança ao exílio. Metodologicamente, o autor realiza uma revisão documental e de arquivos judiciais de San Salvador, jornais nacionais do período mencionado, bem como entrevistas com seus protagonistas.

⁹ Diana Carolina Sierra Becerra, em sua dissertação de doutorado “Insurgent Butterflies: Gender and Revolution in El Salvador, 1965-2015” (2017), desenvolve a história da AMES.

¹⁰ Candelaria Navas, em sua tese de doutorado, desenvolve um subitem dedicado à trajetória dessa importante líder do magistério salvadorenho (p. 67-72).

Gould fez um importante aporte à compreensão, a partir de uma perspectiva de gênero, da ascensão do Sindicato da Indústria Pesqueira (SIP), fundado em 1961, que experimentou um notável crescimento nas décadas seguintes. Um aspecto crucial dessa expansão foi a divisão laboral por gênero e o destacado papel das mulheres no setor. Durante a década de 1970, as trabalhadoras, que constituíam a maioria da força de trabalho, desempenharam um papel fundamental na mobilização, no desenvolvimento e no êxito do sindicato. As “ideologias de gênero” também influenciaram esse processo, já que as mulheres se converteram em um pilar essencial para a consolidação e o fortalecimento da organização sindical. Isso converte o sindicato em uma peça-chave e fundamental da Federação Nacional Sindical de Trabalhadores Salvadorenhos (FENASTRAS).

A liderança sindical emergente enfrentou vários obstáculos. Em primeiro lugar, o sindicato devia confrontar o conservadorismo político presente na maioria dos trabalhadores. Em segundo lugar, os ativistas do SIP tiveram que superar as consequências ideológicas de uma divisão do trabalho altamente enviesada e discriminatória, baseada em considerações de gênero e na ética machista dos marinheiros.

A força laboral feminina constituía um pilar importante; seu ativismo começou junto de um esforço consciente de dar a conhecer suas preocupações e superar as divisões internas. “A liderança masculina também teve que superar seus preconceitos à medida que as mulheres se esforçavam para que suas reivindicações fossem também as do sindicato” (p. 44). Assim, destaca-se a importância do ativismo feminino no contexto laboral e sindical, bem como a necessidade de mudança e adaptação por parte da liderança masculina.

Por exemplo, por volta do fim de dezembro de 1971, a subseção do sindicato Atarraya¹¹ decretou uma greve para conseguir maiores salários e pôr fim ao assédio sexual. No início, a direção sindical deu-se conta de que as mulheres não aceitariam nenhuma forma de assédio por parte da gerência. Essa greve, que teve lugar entre 1971 e 1972, mostrou claramente que o tema

¹¹ A Atarraya S. A. era composta por três companhias: Atarraya, Ballena e Alimentos Atarraya. Embora cada uma tivesse sua própria equipe de gerência, todas eram propriedade dos mesmos acionistas. Ainda que, em teoria, cada uma delas contasse com subseções do SIP e devesse negociar contratos separadamente, os acordos resultavam quase idênticos, dado que os donos eram os mesmos. O Sindicato, por sua vez, negociava contratos coletivos com as três empresas.

do assédio podia desencadear uma mobilização massiva dos trabalhadores, sublinhando a importância e a sensibilidade do problema.

Apesar da gravidade do tema, as mulheres entrevistadas só recordam uns poucos incidentes de assédio sexual durante toda a década. Isso sugere que, ainda que tenha havido assédio, ele não foi um problema amplamente reportado ou documentado, ou então que as experiências de assédio não foram tão comuns quanto se poderia ter pensado. Ainda que existissem relações amorosas dentro da força de trabalho e também entre os trabalhadores e a direção sindical, houve poucos casos de assédio sexual, de agressão sexual, como as propostas indesejadas, indicando que esses comportamentos eram raros em comparação com a presença de relações amorosas. As trabalhadoras valorizam e reconhecem que o sindicato desempenhou um papel importante em reduzir ou eliminar o assédio sexual no local de trabalho. Isso sugere que o sindicato implementou medidas efetivas para prevenir e enfrentar o assédio sexual. Como menciona Gould:

[...] As mulheres constituíam a maioria dos empregados na planta e, em consequência, eram indispensáveis para qualquer mobilização sindical de importância. Em 1970, 38 trabalhadoras em Mariscos uniram-se ao sindicato. O tamanho da subseção do sindicato de Mariscos duplicou-se com o influxo dessas jovens. Por volta de 1972, praticamente todos os trabalhadores pertenciam ao sindicato [...] (Gould, 2021, p. 55).

A presença de mulheres em grandes assembleias cresceu de maneira significativa ao longo da década de 1970. As atas registram que, em seu início, as assembleias eram majoritariamente constituídas por homens; por volta de 1978, no entanto, metade das intervenções era de mulheres, que ressaltavam aspectos como as reivindicações e a solidariedade dos sindicatos e dos trabalhadores.

Figuras como Alejandro Molina Lara, sindicalista do SIP, e seus companheiros tiveram que experimentar uma mudança significativa em suas atitudes e pensamentos. Essa transformação centrou-se particularmente no modo como viam as mulheres e a feminilidade, indicando que suas ideias e crenças prévias sobre esses temas estavam sendo questionadas e modificadas.

Durante a segunda metade da década de 1970, mais mulheres tornaram-se ativas no sindicato e tentaram, cada vez com mais frequência, exercer um controle informal sobre os processos produtivos. No entanto, os três cargos mais relevantes do SIP, a secretaria-geral, a de

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

organização e a de conflitos, permaneceram sob a direção masculina. As mulheres ocuparam postos de direção, especialmente nas subseções, e participavam ativamente das reuniões sindicais, pressionando seus companheiros para que adotassem posições mais militantes.

Muitas trabalhadoras eram mães solteiras, e a maioria dependia das redes de famílias ampliadas para o cuidado das crianças menores. O trabalho das mulheres impunha muita pressão sobre o casamento, e alguns se dissolveram devido ao ativismo sindical das mulheres. Isso se deveu a uma crescente consciência de classe entre as mulheres e ao desenvolvimento de uma consciência de gênero, que resultou em uma resistência individual contra o patriarcado.

Gould faz referência ao caso de Ana Alvarenga, uma mulher que, de trabalhadora em uma das plantas, converteu-se em secretária-geral da subseção do SIP. A direção da subseção de Pesca era dominada por homens. No entanto, parte da direção que não era corrupta a indicou para um cargo de direção, e a assembleia do sindicato a elegeu em maio de 1987, justo antes de que começasse a greve do Sindicato Água. As proposições e as atividades de Ana persuadiram alguns a tal grau que o SIP deixou de perder filiados: “No início de 1988, depois de que a greve do Sindicato Água se havia estendido, os filiados da subseção de Pesca elegeram Ana para ocupar seu mais alto cargo, a secretaria geral. Pela primeira vez, uma mulher ocupava tal cargo em uma subseção do SIP” (Gould, 2021, p. 355-356).

Depois desses fatos, a proporção de mulheres filiadas ao sindicato aumentou significativamente, alcançando cerca de 80% do total de seus membros. Essa cifra é consideravelmente mais alta em comparação com a proporção total de mulheres na força de trabalho da empresa Ballena. Menciona-se que, das pessoas filiadas ao sindicato, 136 eram mulheres e 38 eram homens, indicando uma maioria feminina entre os membros do sindicato. Ainda que se assinala que a estimativa do número total de empregados na empresa é complicada, devido a que muitos dos trabalhos eram temporários.

Para Gould, fatores como as diferenças políticas, a resistência ao capital e as tensões de gênero impediram que os sindicatos alcançassem uma maior solidariedade a longo prazo.

[...] Os postos altos no SIP Geral, não obstante, ainda estavam nas mãos de homens. A explicação mais comum que davam ativistas homens e mulheres do sindicato naquele momento e em entrevistas posteriores é que as mulheres eram mais militantes e comprometidas do que os trabalhadores homens, mas rejeitavam os cargos de direção devido a suas obrigações domésticas [...] (Gould, 2021, p. 76-77).

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

Isso revela uma complexa interação entre gênero, compromisso sindical e barreiras estruturais, destacando como as obrigações domésticas das mulheres influenciaram a composição da liderança do sindicato. Apesar de sua maior militância e compromisso, essas responsabilidades impediram as mulheres de assumir papéis de liderança nas organizações sociais e laborais. Por fim, é relevante que o trabalho de Gould exemplifica as práticas sexistas e hierárquicas no interior dos sindicatos e das plantas de trabalho.

Esses achados coincidem com o apontamento de Candelaria Navas de que, na década de 1970, o protagonismo das mulheres sindicalistas foi destacado na liderança do movimento popular (2013, p. 63).

Até o momento, apresentamos estudos sobre a participação das mulheres no movimento popular anterior à guerra civil. A seguir, mostramos a caracterização das condições de vida e de trabalho das mulheres salvadoreñas da época, que Navas propõe em sua dissertação de mestrado “Las organizaciones de mujeres en El Salvador (1975-1985)” (1987, p. 102).

1.4. Condições de vida e laborais das mulheres salvadoreñas nos anos 1980

O El Salvador da época contava com cinco milhões de pessoas, de origem eminentemente rural (6 de cada 10), sendo as mulheres 51% da população total. A taxa de crescimento de 3,5% ao ano era uma das mais altas do mundo, o que, junto à estreiteza de seu território (21.000 km²), levou a CEPAL a considerar que um dos problemas do desenvolvimento no país era de índole demográfica (Navas, 1987).

A autora assinala que as mulheres que conseguiram incorporar-se ao mercado de trabalho não estiveram isentas da dupla exploração (pela situação estrutural e a originada no núcleo familiar) e mostra que sua força de trabalho aumentou consideravelmente durante os anos de 1961-1980, passando de 143.819 a 553.907 a população economicamente ativa (PEA) feminina. E ainda que, ao longo do período, esta sempre tenha sido inferior à masculina, essa tendência começou a mudar.

Para 1980, a diferença entre ambos os grupos reduziu-se: por um lado, a PEA feminina aumentou 15% ao ano entre 1960 e 1980; em contrapartida, a PEA masculina cresceu 38% em média durante o mesmo período.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

Uma parte não quantificada das mulheres salvadorenhas da época dedicava-se a labores de subsistência, como vendedoras ambulantes e empregadas domésticas, entre outras atividades. Além disso, Navas assinala que a PEA feminina tendeu a concentrar-se principalmente na área urbana, ao passo que sua participação na área rural foi significativamente menor. Nessas zonas, desenvolveram-se atividades do setor secundário e terciário, como o comércio e os serviços, que estavam tradicionalmente associados ao trabalho feminino. No entanto, apesar dessa associação, os censos nacionais só consideravam como trabalho a atividade remunerada fora do lar.

A socióloga argumenta que: [...] segundo a ideologia patriarcal, a importância social da tarefa doméstica radica em seu valor simbólico como expressão do amor e da devoção da mulher. Essa visão contrasta com a ideia de que a tarefa doméstica é simplesmente uma atividade materialmente necessária [...] (Navas, 1987, p. 101).

E sugere que as investigações sobre o âmbito doméstico devem ser analisadas sob três dimensões. A primeira é a reprodução biológica. A segunda, a reprodução cotidiana, que se refere à manutenção da população existente por meio de tarefas domésticas de subsistência. Por último, a reprodução social, que abarca as tarefas de produção orientadas à manutenção social.

Documenta-se que as mulheres nas áreas rurais realizavam labores mais pesados (carregar água, cuidar da horta, buscar lenha, criar animais, entre outros) do que as das zonas urbanas. Além de cuidar de seus filhos, também deviam encarregar-se de diversas atividades de caráter agroindustrial.

No âmbito industrial, as principais áreas que absorvem a mão de obra feminina são a alimentar e a têxtil. Nestas, as mulheres tendem a ocupar postos com menores rendimentos. A maioria das mulheres salvadorenhas encontra-se em ocupações de baixo nível, que requerem pouca qualificação e oferecem salários baixos. Essa situação reflete uma discriminação sutil que, alimentada por uma cultura machista e patriarcal, impede a igualdade de rendimentos em comparação com os homens. No âmbito laboral, as mulheres costumavam receber menos rendimentos do que os homens. No entanto, esse problema não se limita à educação ou ao gênero. Na maioria das ocupações, os homens recebiam uma melhor remuneração, sem importar seu nível educativo ou idade. No setor público, as mulheres não ascenderam em termos de rendimentos no mesmo ritmo que os homens com o mesmo nível educativo e antiguidade

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

laboral. No setor privado, a situação é similar: as operárias enfrentam discriminação salarial e ganham menos, apesar de trabalharem igual ou mais do que os homens.

Na análise da saúde, é relevante observar a evolução da esperança de vida em El Salvador ao longo das décadas. Em 1961, a esperança de vida era de 46 anos. Para 1975, essa cifra aumentou a 57 anos. No entanto, em 1980 (no início do conflito armado), a esperança de vida geral situou-se em 45 anos, enquanto na área rural era de 40 a 43 anos. A flutuação na esperança de vida está relacionada ao acesso aos serviços médicos, que, em sua maioria, são acessíveis somente à população urbana. No setor rural, os serviços médicos seguem sendo inadequados.

A maternidade em El Salvador foi historicamente uma situação dramática, sendo a gravidez considerada um período de grande dificuldade. A maioria das mulheres sofreu transtornos físicos e psíquicos devido à falta de atenção médica e a uma dieta inadequada. Em 1975, aproximadamente um terço dos abortos e nascimentos recebeu atenção hospitalar. Nesse ano, reportaram-se 147 mortes maternas e 1.434 nascimentos de crianças mortas. A média de mortalidade materna era de um por cada mil nascidos vivos. Em 1979, por cada 1.000 partos, 32 crianças nasceram mortas.

Além disso, em 1979, El Salvador contava com apenas um hospital de maternidade para atender todo o país. Seu diretor, um médico coronel do exército, reduziu o orçamento do hospital com o objetivo de desviar recursos para o exército. Nesse hospital, as mulheres só podiam permanecer por 24 horas. Durante sua estadia, muitas pacientes, especialmente aquelas vinculadas politicamente aos setores populares, enfrentavam maus-tratos. Navas ilustra essa situação com um exemplo específico:

[...] Começaram a me tocar, barriguda e tudo. Diziam: já vamos trazer a gilete, não se preocupe, aqui vai nascer este, aqui tem um monte de batatas e vai ter um monte de batatas, e me ameaçavam de me violentar, e havia um deles que queria me convencer a falar... Levaram-me ao hospital de maternidade e ali me internaram com nome legal, mas então eles me calaram e me colocaram em um quarto e mudaram meu nome. Pessoas do hospital avisaram minha mãe, mas quando ela chegou para me procurar, diziam-lhe que ali não estava essa pessoa. Mantiveram-me por uns dois dias, até que chegou uma pessoa que me conhecia. Chegou um médico e me viu, reconheceu-me pela semelhança. Eu lhe disse: sou da família tal. “Se disse às enfermeiras que se parece. Eu não posso fazer muito por você, porque este diretor é da guarda e está com eles” [...] (Navas, 1987, p. 112-113).

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

Navas continua:

[...] Depois da cesárea, atrasei-me mais 7 dias no hospital. Ainda que o médico nunca tenha me explicado a razão exata, suponho que foi para assegurar meu bem-estar. Colocaram-me em um quarto isolado, longe dos demais pacientes, de modo que ninguém se dava conta de minha situação. Apesar de estar apartada, o diretor do hospital costumava vir pedir-me que falasse e me assegurava que eu não tinha com que me preocupar [...] (Navas, 1987, p. 113).

Ainda que o aborto fosse considerado ilegal no país, era uma prática bastante difundida entre as mulheres salvadorenhas. No entanto, as estatísticas com frequência não distinguem entre abortos induzidos e espontâneos. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o aborto é uma prática comum como método de controle de natalidade, e estima-se que no país se realizem entre 35.000 e 45.000 abortos por ano, o que representa aproximadamente uma quarta parte dos nascimentos vivos (Navas, 1987).

Navas descreve um projeto encoberto levado a cabo pela Ajuda Internacional ao Desenvolvimento (AID) com o objetivo de proporcionar medicamentos em El Salvador. Esse projeto, aprovado pelo Ministério da Saúde, foi implementado nos departamentos de Morazán, Chalatenango, Cabañas, La Unión e San Miguel. Ele se centrou na seleção de indivíduos locais, que receberam uma capacitação básica sobre saúde. Posteriormente, esses indivíduos regressaram a suas comunidades para distribuir antidiarreicos, analgésicos, antigripais e anticoncepcionais. No entanto, o propósito encoberto dos indivíduos selecionados era a responsabilidade de controlar, persuadir e, em alguns casos, obrigar as mulheres camponesas a tomar anovulatório de maneira periódica, a fazer esterilizações cirúrgicas e a usar dispositivos anticoncepcionais, além de vigiar as atividades da oposição política.

Quanto ao aspecto legal, o Código Civil salvadorenho de 1859 estabeleceu a incapacidade da mulher casada por meio da sociedade conjugal. Isso significava que a administração dos bens da mulher recaía sobre seu marido, que atuava como seu representante legal. O matrimônio era indissolúvel e estava regulado pela Igreja Católica. No entanto, em 1902 introduziram-se reformas que outorgaram à mulher casada capacidade legal, eliminando a sociedade conjugal e suas consequências. Apesar dessas mudanças, o pátrio poder, isto é, a autoridade sobre os filhos, seguia correspondendo ao pai. Quanto ao divórcio, este foi introduzido pela primeira vez em 1902. No entanto, durante o processo de divórcio, era o

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

homem quem tomava as decisões, já que gozava de uma maior liberdade em comparação com a mulher. Para 1972, realizaram-se novas modificações na legislação salvadorenha que permitiram à mulher casada exercer, junto com seu marido, o pátrio poder sobre os filhos emancipados. Na ausência da mãe, se esta for solteira, o pai que tenha reconhecido voluntariamente seu filho também tem o pátrio poder.

No contexto das mulheres operárias e camponesas, 80% eram mães solteiras, especialmente aquelas que o eram antes de completar 21 anos. Essas mulheres enfrentavam dificuldades significativas, já que não podiam reclamar o direito a alimentos para seus filhos devido à falta de representação paterna. Como resultado, tinham que dar prosseguimento a trâmites complexos para designar um guardião a seus filhos, o que implicava gastos e um processo prolongado.

Quanto à legislação, delitos como o estupro, a violação, o rapto e o adultério eram inicialmente considerados delitos contra a honestidade. No entanto, com o tempo, esses delitos passaram a ser classificados como delitos contra a moral e a liberdade. Apesar dessas mudanças legislativas, somente o adultério seguia sendo considerado um delito contra o matrimônio e a moral familiar.

Navas cita a obra da advogada e escritora salvadorenha Dra. Cisneros, intitulada “Condición jurídica de la mujer salvadoreña” (1978), na qual expressa: “Podemos afirmar que, em termos gerais, em El Salvador não existe discriminação da mulher no âmbito da legislação” (Cisneros, 1978, p. 117). Daí que a socióloga advirta que o enfoque do Código salvadorenho sobre a moralidade e o controle social revela uma contradição significativa. Em muitos aspectos, este não só elevou o grau de valor moral de certas condutas femininas, como também as valorou em função de sua utilidade para a ordem social. Essas valorações estavam orientadas a reproduzir uma ideologia que se ajustasse à estrutura social que se tentava manter. Nesse contexto, procurava-se estimular positivamente a conduta da mãe, com uma atitude legítima e maternal, bem como a da esposa obediente e fiel. Por outro lado, sancionava-se e castigava-se a mulher adúltera, a prostituta e a mãe ilegítima. Em outras palavras, o Código buscava exercer um controle detalhado sobre as condutas e atitudes das mulheres.

Para a socióloga, ainda que à primeira vista o Código salvadorenho pudesse parecer um avanço na valoração das condutas femininas, na realidade reflete uma tentativa de controlar e

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

regular seu comportamento em benefício da ordem social. Na base dessa regulação, encontra-se a imagem da mulher salvadorenha, que foi historicamente definida por uma noção de maternidade e dedicação ao lar, caracterizada pela obediência e pela submissão, e com uma pressão constante para manter a fidelidade ao homem. Os papéis da mulher, limitados ao âmbito doméstico e privado, com frequência são vistos como uma extensão das responsabilidades do lar. Em contraste, os homens desfrutavam de uma separação clara entre suas responsabilidades domésticas e públicas. Enquanto a monogamia era uma exigência estrita para as mulheres, os homens podiam ser polígamos e manter relações extraconjugais sem enfrentar as mesmas restrições legais. A lei permitia ao homem uma maior liberdade sexual, em comparação com as limitações impostas às mulheres. Assim, embora as mulheres estivessem submetidas a um papel rígido dentro do lar, os homens gozavam de uma maior flexibilidade em sua vida pública, o que revela uma desigualdade estrutural na forma como a lei regulava os comportamentos e as relações de ambos os gêneros.

A migração de mulheres salvadorenhas impulsionada pela guerra civil apresentou uma situação crítica no exterior. Como consequência, muitas delas viram sua estadia no país de refúgio como um trânsito não desejado, ao enfrentar diversas situações adversas. Segundo um estudo realizado pela Agência do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que analisou mulheres salvadorenhas refugiadas no México com idades entre 17 e 25 anos, identificaram-se diversos grupos, incluídas mulheres sozinhas e ex-combatentes cujos companheiros haviam morrido ou desaparecido. Essas mulheres provinham de um contexto social proletarizado e tinham níveis educativos deficientes. Além disso, grande parte delas ingressou no México de maneira ilegal, com uma média de três filhos. Essa situação agrava ainda mais seus desafios na busca de estabilidade. A situação migratória criou grandes dificuldades para que as mulheres encontrassem emprego, o que, por sua vez, impediu que obtivessem a residência. Como resultado, muitas pessoas não puderam matricular seus filhos em centros educativos e sofreram um tratamento migratório discriminatório e inclusive abusivo por parte das autoridades. Segundo Navas, o estudo revela que “estamos detectando um processo de decomposição entre as refugiadas, com um incremento na prostituição como forma de resolver o problema da subsistência aqui no México” (Navas, 1978, p. 124). Essa situação

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

refletia as difíceis condições que enfrentam as mulheres refugiadas e como recorrem a formas de subsistência cada vez mais extremas devido à falta de apoio e de recursos adequados.

A seguir, apresentamos as investigações de caráter sociológico e feminista que, desde um enfoque macro, meso e microsocial, analisam a participação das salvadorenhas na guerra civil, atendendo a três campos de trabalho: ativistas dos direitos humanos nos anos prévios e durante a guerra; os microprocessos por trás de sua mobilização política, social e armada; a continuidade e a ruptura de estereótipos tradicionais de gênero em nome da revolução e seu impacto em sua vida pessoal e familiar.

2. A mobilização das mulheres salvadorenhas durante o conflito armado

Com as fraudes nas urnas, os golpes militares e a perseguição política da década de 1970 no país, perdeu-se a esperança de mudanças estruturais pela via eleitoral, o que obrigou o movimento social a mudar de estratégia de luta em um clima de recrudescimento do descontentamento social. As mulheres dos diversos setores sociais inseriram-se nos movimentos populares e tiveram participação direta nas organizações mistas sindicais, camponesas, estudantis, do magistério e religiosas. No entanto, há um forte vazio de conhecimento sobre a participação das mulheres nessas lutas (Navas, 2013, pp. 52-53).

É de destacar que, como resultado da brutal repressão política ao movimento popular, em 1977 fundou-se uma das primeiras organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos e à assistência aos presos e presas políticas em El Salvador: o Comitê de Mães e Familiares de Presos, Desaparecidos e Assassinados Políticos “Monseñor Oscar Arnulfo Romero” (COMADRES), que se converteu em um pilar crucial na luta pelos direitos humanos durante os anos de repressão, constituído em sua grande maioria por mulheres. Como se verá mais adiante, Guzmán e Mendiá, em sua investigação “Mujeres con memoria. Activistas del movimiento de derechos humanos en El Salvador” (2013), documentam como as mulheres salvadorenhas, por meio dos Comitês de Mães e Familiares, desempenharam um papel fundamental na luta política em plena guerra¹².

¹² A investigação mencionada documenta o ativismo das mulheres salvadorenhas pelos direitos humanos durante os cruentos anos 1970 e 1980 e, após a assinatura dos acordos de paz, seu protagonismo na agenda por conhecer a verdade, a justiça e a reparação, frente à impunidade que persistiu durante as duas primeiras décadas do pós-guerra.

A seção seguinte centra-se nos estudos das mulheres como ativistas dos direitos humanos durante a guerra.

2.1. Desafiando o horror: mulheres e a agenda dos direitos humanos

Guzmán (educadora, ativista política e feminista salvadorenha) e Mendía (assistente social e socióloga basca) oferecem-nos uma investigação sobre as motivações, os objetivos, as estratégias, as conquistas e os obstáculos que enfrentaram as mulheres salvadorenhas em seu trabalho de defesa dos direitos humanos e na promoção da agenda da verdade, da justiça e da reparação. As autoras examinam as diversas facetas de sua participação, proporcionando uma compreensão profunda da complexidade e da importância do papel das mulheres no movimento de direitos humanos em El Salvador. Exploram e discutem suas experiências, centrando-se em suas narrativas pessoais, percepções e avaliações dos eventos históricos nos quais desempenharam papéis-chave. Além disso, destacam seu trabalho ativista e social, examinando como essas mulheres contribuíram para a história contemporânea do país.

A investigação propõe os seguintes objetivos: dar visibilidade ao papel das mulheres ativistas no movimento de direitos humanos salvadorenho; reforçar o trabalho de memória realizado pelas vítimas e seus familiares; analisar historicamente algumas práticas das ativistas; e explorar sua experiência como vítimas de violência e seu papel como atrizes políticas e protagonistas dos eventos mais significativos na história recente de El Salvador.

Guzmán e Mendía partem do fato de que as mulheres lideraram a defesa de presas e presos políticos, a denúncia pública de violações de direitos humanos, a busca de pessoas desaparecidas, o litígio em tribunais nacionais e internacionais e as iniciativas de justiça e reparação. Elas foram as principais protagonistas da luta política e sofreram a repressão constante do Estado durante os anos 1970 e 1980, desempenhando um papel crucial também no pós-guerra. Destacam o papel central das mulheres em diversas áreas do ativismo pelos direitos humanos em El Salvador, sublinhando a importância da liderança feminina na defesa dos direitos humanos e na construção da memória histórica no país.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

Na primeira parte da investigação, as autoras apresentam o contexto das lutas políticas e de repressão em que surge a defesa dos direitos humanos nas décadas de 1970 e 1980, os antecedentes de organização e mobilização das mulheres, o surgimento dos comitês de mães e familiares e de outras organizações de direitos humanos. Da mesma forma, examinaram como o doloroso caminho seguido pelas mulheres na busca de seus familiares presos, desaparecidos ou assassinados as conduziu à militância pelos direitos humanos. Também abordam os eixos estratégicos de ação durante a guerra: a) a libertação das presas e presos políticos; b) a denúncia pública das graves violações dos direitos humanos; c) a investigação e documentação dos casos. De suma importância é seu exame do trabalho articulado do movimento de direitos humanos dentro do país (com outros setores do movimento social e com as estruturas do FMLN) e fora dele, como estratégia para aumentar sua incidência política e como exercício de solidariedade e ajuda mútua. Por último, documentam a repressão estatal contra as ativistas de direitos humanos, que inclui detenções, torturas, desaparecimentos e execuções, e a violência sexual.

No nível metodológico, empregaram um enfoque que toma como elemento central os testemunhos, bem como a análise documental de publicações sobre a história do conflito político-armado salvadorenho, o pós-guerra, os acordos de paz e a participação e o papel das mulheres na guerra. Também utilizaram informação documental não publicada de arquivos como o Comitê de Familiares de Vítimas de Violações aos Direitos Humanos “Marianela García Villas” (CODEFAM) e a Comissão de Direitos Humanos Não Governamental (CDHES), a hemeroteca da Biblioteca Nacional de El Salvador e a hemeroteca digital do diário Co Latino. Além disso, realizaram entrevistas individuais nos anos 2006, 2007, 2009 e 2012, e entrevistas grupais em 2012, com mulheres ativistas do movimento de direitos humanos. O primeiro grupo estava composto majoritariamente por fundadoras dos três comitês de mães e familiares de El Salvador, enquanto o segundo grupo incluía mulheres ativistas de diversas organizações de direitos humanos de diferentes gerações.

Paralelamente ao ativismo das mulheres no movimento de direitos humanos, situam-se as protagonistas do movimento guerrilheiro. Isso levou Joselyn Viterna a perguntar-se sobre o que as levou a militar no exército guerrilheiro do FMLN, as repercussões em suas vidas a longo prazo, bem como as implicações que sua participação trouxe para a sociedade salvadorenha.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

2.2. Um olhar microsocial para a mobilização política, social e militar das mulheres salvadorenhas durante o conflito armado

Em “Women in War: the Micro-processes of Mobilization in El Salvador” (2013), a socióloga estadunidense Joselyn Viterna oferece um estudo sobre por que algumas mulheres puderam traduzir suas experiências durante a guerra em benefícios para elas e suas famílias no pós-guerra, e como estes diferem dos que obtiveram os homens.

Embora seja certo que essa investigação não se centra unicamente na guerra civil, mas no atual e polarizado debate sobre os efeitos da guerra nas mulheres a longo prazo, sua riqueza também radica na proposta teórico-metodológica para analisar as diversas experiências de mobilização das mulheres na guerra, as quais envolvem diversos níveis de interações sociais. Assim, *Mujeres en la Guerra* oferece um modelo inovador de investigação ao centrar-se em um olhar microsocial dos processos de mobilização, ao eleger como unidade de análise a família, um enfoque que é ignorado na literatura sobre movimentos sociais em favor de análises em nível macro e meso.

No entanto, os indivíduos que compartilham o mesmo contexto de nível macro e que estão inseridos nas mesmas redes de nível meso frequentemente têm experiências de mobilização surpreendentemente diferentes. Só uma parte se mobiliza alguma vez rumo ao ativismo, e aqueles que se mobilizam variam segundo os caminhos que seguem para participar, as habilidades e os vínculos sociais que forjam por meio dele, e se continuam com seu ativismo político uma vez finalizado o movimento. Ao examinar essas variações no nível individual, uma teoria da mobilização em nível micro pode ampliar os achados das análises em nível macro e meso e melhorar nossa compreensão de como começam os movimentos sociais, por que perduram e como mudam as sociedades às quais se dirigem.

Para Alan Henríquez (2018, p. 23), o trabalho de Joselyn Viterna deu visibilidade aos microprocessos por trás da mobilização política, social e armada das mulheres salvadorenhas durante a guerra civil, por meio da recopilação e da análise de suas narrativas de vida. Com isso, incorporam-se à memória e à história do conflito as vozes de suas protagonistas.

Viterna propõe analisar os microprocessos da mobilização política das mulheres desde uma perspectiva integradora que parte do indivíduo, particularmente de sua identidade e de suas

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

interações “com outros” na família, nas redes sociais e no marco da luta de classes, correspondentes aos níveis micro, meso e macro, respectivamente.

Para Henríquez, o uso proposto por Viterna da categoria de identidade é “ideal” para explicar a relação entre fenômenos de caráter meso e macro, especificamente as tensões e os produtos resultantes da participação de um indivíduo em um movimento social. Além disso, a identidade trata-se de uma categoria-dobrada no que diz respeito aos processos internos e externos.

Por que, ainda compartilhando condições particulares, algumas mulheres se tornam militantes e outras não? Como se formam e perduram os movimentos sociais? O que determina que os movimentos sociais produzam mudanças nas sociedades nas quais se enquadram e às quais dirigem sua atividade? Viterna concentra-se nos elementos coesionadores dependendo do nível micro, meso ou macro em que se apresentem. Por exemplo, delimita as explicações fundamentadas na luta de classes em nível macro e as fundamentadas nas redes sociais prévias em nível meso e, mais do que descartá-las como explicações incompletas, a autora propõe abordar o fenômeno da mobilização política desde um enfoque integrador que se centra no indivíduo como o ponto a partir do qual confluem e interagem os fatores e processos em nível micro (identidade), meso (redes sociais prévias) e macrossocial (classe social).

Em seu artigo “Pulled, Pushed and Persuaded: Explaining Women’s Mobilization into the Salvadoran Guerrilla Army” (2006), Viterna identifica três caminhos de mobilização que levaram mulheres ativistas e não ativistas a participar do exército guerrilheiro salvadorenho (politizadas, renuentes e recrutadas) e que surgiram da intersecção de situações biográficas, redes sociais e situacionais em nível individual.

Para a autora, há pouco consenso nas explicações causais da mobilização: a) indivíduos agravados que se mobilizam quando as causas estruturais, como Estados débeis, divisões das elites e acordos agrários, conduzem ao ativismo; b) os participantes de origem popular são atores racionais que veem oportunidades de benefício pessoal por meio do ativismo revolucionário; c) participantes de base profundamente identificados com ideais e motivos do movimento de acordo com suas filiações preexistentes a partir de suas redes; d) outros ainda descrevem quem participa como partidários relutantes à causa, obrigados a participar mediante ameaças de dano, negação de bens necessários ou falta de opções para evitar o ativismo.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

No entanto, para Viterna, de todas as pessoas que experimentam mudanças estruturais, as que observam oportunidades de benefício pessoal, as empáticas com a causa revolucionária devido a sua identidade por sua inserção em redes sociais prévias e as capturadas em situações coercitivas, apenas algumas participam de movimentos revolucionários. Como, então, podem essas situações ser as causas da mobilização popular? Que fatores adicionais ou alternativos explicam por que algumas pessoas membros de uma rede ou grupo social são ativistas revolucionárias? As respostas ainda não são satisfatórias, porque buscam um padrão geral de fatores causais, sendo que um elemento pode ser chave para a mobilização em um caso e inibi-la em outro; da mesma forma, essa busca de um padrão geral impede a compreensão dos efeitos contraditórios entre uma e outra pessoa participante.

Viterna oferece uma análise microsocial inovadora que complementa as de corte macro e meso, e sustenta que existem múltiplas causas conjunturais da mobilização revolucionária, inclusive entre indivíduos inseridos em redes sociais produtoras de identidade e dentro de contextos estruturais similares. As diversas vias que derivam na participação das pessoas são resultado da interação pautada da biografia, das redes sociais e da competência situacional em nível individual. A análise microsocial de Viterna distingue as variações individuais e aporta teorias mais precisas do ativismo revolucionário, melhorando a compreensão em nível macro das causas, êxitos, fracassos e consequências não desejadas da mobilização popular revolucionária.

O caso da mobilização das mulheres salvadorenhas de extração popular durante a década de 1980 ilustra a utilidade desse enfoque. Essas mulheres desafiaram o mandato patriarcal e abandonaram suas famílias e lares para militar na insurgência guerrilheira rural. Ao examinar os múltiplos caminhos que as levaram a essa militância, o estudo refina as explicações existentes sobre a participação das mulheres e renova as ideias sobre as implicações que ela tem para elas em processos mais amplos, como a democratização em relação a seus direitos e às relações de gênero.

As conclusões de Viterna baseiam-se na análise de abundantes dados de entrevistas em profundidade com 82 mulheres guerrilheiras de base, partidárias da guerrilha e não participantes, em zonas rurais do país. Isso apresenta duas qualidades: examina-se a experiência das mulheres de base (geralmente se privilegia o olhar das líderes) e permite-se a comparação

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

entre ativistas e não ativistas em situações similares (diferentemente de outros estudos que omitem as não ativistas). Essa amostra representativa, que inclui as não ativistas, é especialmente adequada para identificar os múltiplos caminhos que conduzem à participação e, com isso, para compreender sociologicamente a mobilização revolucionária das mulheres.

Que implicações teve para a vida das mulheres sua militância guerrilheira? Que perspectivas teóricas e metodológicas se empregaram para seu estudo? Conheçamos os achados de Candelaria Navas a esse respeito.

2.3. Continuidade e ruptura dos papéis de gênero nas mulheres guerrilheiras

Como já se assinalou, Navas (2018), ao perguntar-se pela participação das mulheres salvadorenhas na construção e no exercício da cidadania, e concretamente por sua participação no conflito armado salvadorenho, aparta-se da tendência generalizada da análise marxista do movimento popular da época, centrada nos conceitos de massa ou povo e que buscavam compreender o porquê da mobilização revolucionária.

Navas, em sua tese de doutorado e mediante testemunhos recolhidos no fragor do conflito armado, estabeleceu que a participação das mulheres na guerra levou a uma ruptura de estereótipos de gênero, legitimada por uma necessidade da luta. Em várias das organizações político-militares estabeleceram-se estritas disciplinas sexuais. Estava normatizado que as milicianas não podiam ter filhos espontaneamente, razão pela qual havia uma política de contracepção. Mas também se encontraram práticas no interior das formações político-militares que os reforçaram, como a demanda legítima da busca de seus filhos e filhas desaparecidos, sendo o rosto das mães e familiares de presos e desaparecidos políticos de El Salvador a imagem mais sofrida da guerra, a que internacionalmente sensibilizou na Europa e na América Latina.

Navas assinala que, em meados dos anos 1980, as reivindicações de gênero dentro do FMLN suscitaram numerosos questionamentos, já que se consideravam posições burguesas. Nesse contexto, a prioridade era a estratégia revolucionária; assim, as reivindicações de gênero eram vistas como secundárias em relação às de classe, o que resultou na ausência de uma plataforma programática específica para as mulheres.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

No entanto, para a autora, apesar da dureza da guerra, a militância feminina não só trouxe grandes benefícios ao movimento revolucionário, como também transformou as mulheres, de massas manipuláveis, nas quais se reforçavam estereótipos tradicionais de gênero, em agentes ativas da política.

Outra importante área de conhecimento sobre as mulheres salvadorenhas no conflito armado é a que atende à identidade e à subjetividade feminina analisada pela psicologia e pela atenção ao trauma, especialmente em relação à violência sofrida, à maternidade e à sexualidade.

3. Identidade e subjetividade feminina: enfrentando o trauma

O trabalho pioneiro de Cristina Garaizabal, espanhola e psicóloga clínica, e Norma Vázquez: “El dolor invisible. Una experiencia de grupos de autoapoyo con las mujeres salvadoreñas” (1994) inscreve-se no interesse por registrar como a identidade e a subjetividade feminina foram afetadas durante o conflito armado salvadorenho, bem como sua cura por meio de grupos de autoajuda e, com isso, dar visibilidade à importância dos fatores subjetivos na transformação social no pós-conflito. Particularmente, durante o processo terapêutico, ocupam-se dos efeitos da repressão política na identidade pessoal das mulheres, enquadrando a análise do protótipo de feminilidade hegemônica no país e a reconstrução da identidade e da psique após o sofrimento de experiências traumáticas. Em segundo lugar, caracterizam-se as mulheres que assistiram aos grupos de autoapoio, por que e como se integraram para participar politicamente, sua experiência de participação, o impacto da guerra em seu cotidiano e as expectativas que o grupo de autoajuda lhes criava. Dada a natureza do trabalho realizado, apela-se ao emprego de uma metodologia vivencial, ativa e dinâmica nos grupos, que facilitasse a expressão de ansiedades, afetos e sentimentos resultantes das experiências repressivas e da clandestinidade a que estiveram sujeitas essas mulheres.

O livro “Mujeres-montaña: vivencias de guerrilleras y colaboradoras del FMLN” (1996), de Norma Vázquez, psicóloga social de origem mexicana, Cristina Ibáñez, psicóloga argentina, e Clara Murguialday, economista feminista, pesquisadora e consultora de origem basca, continua nessa área de interesse ao explorar os medos e as resistências que essas mulheres enfrentaram ao reviver a dor da guerra. Da mesma forma, essa obra questiona o clima

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

pós-conflito, que prioriza outros aspectos da reconstrução nacional e fomenta o silêncio em torno do impacto da guerra na subjetividade feminina, particularmente em suas vivências sexuais, reprodutivas e maternais. Com esse trabalho, as autoras buscam resgatar e compreender o papel que as mulheres desempenharam durante o conflito, bem como a necessidade de sua presença durante o processo de paz.

Essa investigação significou romper dolorosamente com a visão de país de seus companheiros de luta e do partido FMLN, ícone da esquerda e da oposição política majoritária na nova configuração do poder no país. Esse trabalho contribuiu para romper o silêncio em relação aos custos que a luta revolucionária trouxe para as mulheres e suas famílias, ao abordar os mandatos de gênero sobre sexualidade, maternidade e seu impacto nas subjetividades.

Mujeres Montaña constata que as vivências das mulheres sobre a sexualidade, as relações de casal e a maternidade entraram em conflito com sua socialização de corte conservador, na qual o continuum sexualidade-reprodução e a correspondência entre maternidade biológica e maternagem foram questionados e rompidos, com altos níveis de dor para elas. Por exemplo, tanto o mandato tradicional de circunscrever as relações sexuais ao marco de um casal estável (heterossexual, monogâmico, fiel) quanto o ideal de casal revolucionário confrontaram-se com políticas ditadas pela direção do FMLN, que desencorajavam e inclusive impediam o estabelecimento de relações afetivo-sexuais estáveis, sustentadas no pressuposto de que os vínculos afetivos sólidos influíam na disposição ao risco das pessoas combatentes.

As autoras consideraram que a falta de referenciais teóricos resultante de estudos prévios no país limitou a análise da complexa convivência entre homens e mulheres de diferentes classes sociais durante a guerra e seu impacto na construção da subjetividade feminina pós-conflito. É de suma relevância compreender que as concepções e práticas da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) durante a guerra estavam fortemente enviesadas pela origem principalmente urbana de sua direção, que buscava normatizar a convivência no interior de uma base social majoritariamente camponesa, o que, entre outras coisas, impediu a criação de solidariedade feminina. Da mesma forma, assinala-se o uso de categorias de análise e marcos conceituais cunhados em sociedades capitalistas desenvolvidas,

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

ante a insuficiência de recursos de investigação para a análise das práticas e concepções das mulheres salvadorenhas nesses âmbitos.

Mujeres Montaña constata as mudanças importantes relacionadas à divisão de gênero do trabalho, ao desempenho das mulheres no âmbito público e a suas práticas sexuais e maternais como resultado de sua participação no conflito armado. Por exemplo, para algumas mulheres, ingressar na guerra significou romper com os mandatos tradicionais de gênero ao envolver-se em atividades militares, mas também reforçar sua especialização para o cuidado de outros nas frentes de guerra (alimentação, saúde, comunicações). Que consequências isso trouxe para suas vidas? Por um lado, geraram-se fortes sentimentos de autoafirmação por tê-lo realizado em condições extremas, mas também se reforçaram estereótipos tradicionais de gênero ao sublimar-se no imaginário coletivo a idoneidade das mulheres para acompanhar a luta revolucionária com base em suas qualidades femininas “naturais”. Paradoxalmente, a utilidade política de seu aporte a partir de seus papéis tradicionais nem sempre se refletiu no acesso a cotas de poder dentro do FMLN, em grande medida porque sua direção não refletiu nem superou sua visão conservadora das mulheres e das relações de gênero durante o processo revolucionário nem em sua etapa pós-conflito. De acordo com Mujeres Montaña, a violência sexista nas fileiras do FMLN alcançou níveis significativos; a política da cúpula supôs normas frouxas, o que fez com que a maioria das mulheres se sentisse em risco e em permanente ameaça, e poucas se animaram a denunciar as violações e o galanteio que beirava o assédio, optando por se juntar a alguém tão logo pudessem, já que essa era a forma de fazer-se respeitar.

Para a antropóloga mexicana Marisa Ruiz, em seu valioso trabalho “Acercamientos a las antropologías feministas en Chiapas y Centroamérica” (2020, p. 105), muitas das pesquisadoras feministas no pós-conflito tiveram a experiência política de trabalhar em processos de memória histórica por meio do registro de testemunhos de mulheres sobreviventes e de mulheres que viveram violência sexual durante o conflito armado, sendo que, no caso guatemalteco, foram as antropólogas, e não as psicólogas, como no processo salvadorenho, quem se destacou na tarefa de gerir, promover e construir processos de cura no contexto do pós-conflito.

A partir do novo milênio, irrompem psicólogas como a salvadorenha Dinora Aguiñada Deras, com trabalhos como “Una mirada feminista sobre la participación de las mujeres en la

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

guerra: el caso de El Salvador” (2000), no qual apresenta um olhar para os fatores invisibilizados durante a criação e a execução de políticas e programas no pós-guerra, desde uma perspectiva feminista e uma análise psicológica.

Aguiñada refletiu sobre os propósitos do conflito armado, sobre como a repressão social, política, econômica, entre outras, provocou uma radicalização das demandas e dos métodos de luta dos setores sociais. E sobre como, apesar da participação das mulheres organizadas na guerra, a cúpula militar do FMLN que negociou a guerra não as levou em conta na hora de fazer as demandas, e suas vozes foram silenciadas e excluídas da repartição de terras, do acesso a bolsas e a créditos pela desmobilização. Isso provocou que essas mulheres se aproximassem do feminismo, outorgando-lhes processos de autonomia e presença em organismos partidários.

A autora enfoca sua análise em quatro grupos de mulheres: a) as mulheres guerrilheiras; b) as mulheres colaboradoras das zonas controladas pelo FMLN; c) as mulheres refugiadas e retornadas; e d) as mulheres refugiadas e repovoadoras; com o fim de analisar a sexualidade, a maternidade e os processos de luto, para entender os aspectos significativos da identidade e subjetividade feminina que foram invisibilizados, provocando que a convivência e o exercício da cidadania das mulheres fossem afetados.

O primeiro grupo que se analisa é o das mulheres guerrilheiras. Estas não representavam nem 30% da população organizada e eram relegadas a trabalhos de apoio, como cozinheiras e enfermeiras. Somente aquelas que se destacaram foram designadas a papéis militares, mas, para elas, demonstrar que mereciam esses postos implicava um grande sacrifício, já que deviam desafiar os papéis de gênero tradicionais.

Em contraste, as mulheres colaboradoras das zonas controladas pelo FMLN eram responsáveis pelo apoio de subsistência a comunidades compostas por mulheres, crianças e idosos. Encarregavam-se de proporcionar alimentos, saúde e educação. A figura masculina nesses contextos era mais um símbolo de proteção do que um apoio real.

Por outro lado, as mulheres refugiadas e retornadas formavam a maioria nos refúgios, dedicando-se à criação de animais, ao bordado e à costura, bem como à saúde, à educação e à vigilância dos refúgios. Essas tarefas beneficiavam especialmente os idosos e as crianças.

A autora revisa a dor invisível da guerra e seus efeitos nas mulheres, destacando como se romperam os mandatos tradicionais sobre a sexualidade. Segundo a autora, a sexualidade

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

feminina foi um eixo central de subordinação, sendo o controle do corpo feminino um dos processos mais humilhantes e opressivos. Além disso, a aceitação social da sexualidade feminina com frequência se vinculava a relações monogâmicas com fins reprodutivos.

A autora apresenta quatro categorias de mulheres: guerrilheiras, colaboradoras, refugiadas e retornadas. Analisa como as rupturas nos mandatos de sexualidade e os efeitos dessas mudanças variam segundo os níveis econômicos, educativos e a zona de origem, seja rural ou urbana. As mulheres guerrilheiras enfrentaram uma mudança drástica, permitindo-se a poligamia, o aborto e o uso massivo de anticoncepcionais, mas o afeto era proibido e as relações sexuais deviam ser rápidas e centradas no coito. Aquelas acusadas de promiscuidade foram condenadas. Em contraste, as mulheres colaboradoras do FMLN mantiveram o tradicionalismo, priorizando a virgindade.

As mulheres refugiadas e repovoadoras enfrentaram a exclusão da sexualidade, enfocando-se em atividades domésticas devido à ausência masculina, o que lhes provocou angústia e motivou seu retorno. A autora conclui que, apesar das mudanças nos papéis de gênero, as reflexões sobre essas mudanças não foram libertadoras, mas estavam carregadas de culpa e negatividade.

Quanto à ruptura nos mandatos sociais sobre a maternidade, Aguiñada afirma que o processo da maternidade sempre foi socialmente uma forma de subordinação feminina, entendendo-se que é unicamente a mulher a encarregada de criar. No caso das mulheres guerrilheiras, ser mãe ou não o ser foi um constante lembrete de que são somente elas as encarregadas desse processo de criação. Os homens relegavam as mulheres que engravidavam, aprovavam os abortos clandestinos selecionados e obrigavam mulheres ao uso de anticoncepcionais. As mulheres que deixaram seus filhos com mães substitutas não foram acusadas de abandono, mas, ao finalizar a guerra, elas se viram cheias de culpa e tentaram recuperar seus filhos sem levar em conta os laços afetivos que já se haviam formado entre as crianças e as mães substitutas. Por outro lado, as mulheres colaboradoras assumiram seu papel de serem mães, já que os homens as incitaram a ter muitos filhos para o revezamento da revolução. O maternar foi tomado em um plano social, e elas se negaram ao uso de anticoncepcionais. No caso das mulheres refugiadas, o uso de anticoncepcionais era clandestino, apesar de que ser mãe era a razão de ser mulher e justificava o exercício de sua

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

sexualidade. As mulheres refugiadas viram-se na busca constante de laços afetivos e emocionais com seus filhos. Quando a autora menciona a ruptura de processos de luto, refere-se a todas as perdas que essas mulheres tiveram e a que não puderam passar por um processo de luto adequado que lhes permitisse expressar suas emoções e sentimentos com o fim de curar essas feridas. Além disso, havia mulheres que ocultavam suas perdas para poder sobreviver a cada dia; a maioria delas não pôde realizar um enterro ou uma despedida às pessoas que havia perdido, e a essa frustração interna soma-se o fato de que, ao finalizar a guerra, as mulheres foram invisibilizadas em suas demandas. Por isso, para a autora ganha muito significado a participação e a construção do monumento às vítimas civis das violações dos direitos humanos.

A modo de conclusão, a autora diz que a cura das feridas sociais, emocionais e políticas que a guerra deixou se dará a partir de tratar a saúde mental das mulheres que passaram por esses processos. É necessário tratá-lo porque é uma dívida pendente que requer vontade política. Portanto, é importante que as entidades políticas reconheçam a responsabilidade individual e institucional. Esta deve ir de mãos dadas com uma reconstrução da memória histórica, com o fim de fortalecer a cultura de paz e questionar a exclusão por razão de sexo. Segundo Aguiñada, a democracia de gênero é uma das mais deficitárias da história, e há uma dívida pendente no desenho e na implementação de políticas e programas de reparação socioeconômica que priorizem as mulheres participantes no conflito armado.

No entanto, é somente ao final do pós-guerra que, a partir da história e da antropologia, do enfoque de direitos humanos e atendendo à teoria de gênero e à diversidade sexual, surgem novos interesses de investigação que questionam o olhar heteronormativo dos estudos que os precedem e que colocam o acento na violência sexual e na diversidade de identidades sexogenéricas das mulheres salvadorenhas durante o conflito armado.

4. As múltiplas violências contra as mulheres e os corpos feminizados

4.1. Primeiras pesquisas sobre as mulheres trans salvadorenhas no conflito armado

J. Lester Feder é escritor e pesquisador especialista em gênero e sexualidade que, junto à antropóloga Nicola Chávez Courtright, cofundadora da AMATE, uma organização que

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

documenta a história e o movimento LGBT em El Salvador, realizou a reportagem “Lo que le pasó a las mujeres trans que desaparecieron en El Salvador” (2016), que constitui uma primeira publicação sobre essa problemática nunca antes abordada na história do conflito armado salvadorenho¹³.

Lester e Chávez iniciam essa investigação com a finalidade de documentar as histórias de vida das mulheres trans sobreviventes à violência política da época e de deixar em evidência que o Estado salvadorenho nunca deu resposta aos familiares das vítimas sobre esses desaparecimentos forçados. Essa pesquisa realizou-se por meio de entrevistas com diferentes informantes, revisão de documentos de organizações não governamentais e de artigos jornalísticos.

A reportagem transita em torno de uma mulher trans, “La Cuki Alarcón”, testemunha principal do desaparecimento de suas companheiras, que eram trabalhadoras sexuais trans no monumento ao Divino Salvador del Mundo, em San Salvador. Menciona-se que, no dia dos acontecimentos, Alarcón estava atrasada para o trabalho, pensando que possivelmente suas companheiras já haviam saído com algum cliente, mas, ao chegar à esquina anterior ao lugar habitual de encontro com suas companheiras, notou que havia quatro homens altos com toucas ninja colocando suas companheiras dentro de um caminhão verde. Os autores narram que, na noite dos desaparecimentos, Alarcón escondeu-se e tentou buscar refúgio na funerária La Religiosa, mas o vigia não a deixou entrar, já que havia um velório de classe alta. Ela ficou entre os carros e, ao terminar a batida, foi trabalhar, porque pensou que era um acontecimento provocado pelas autoridades e que, em dois dias, veria suas amigas novamente, já que esse era

¹³ Em 2014, Lester tomou conhecimento dessa história por meio de Karla Avelar, uma ativista trans de El Salvador. Avelar mencionou que uma das sobreviventes do desaparecimento lhe havia sugerido documentar suas memórias. No entanto, naquele momento, a tarefa parecia impossível devido à falta de documentos e registros. A informante de Avelar chamava-se Paty. No início, acreditava-se que ela tinha cerca de 78 anos, o que Lester considerava um milagre, dado que o país enfrenta uma alta violência anti-LGBTI e uma elevada prevalência de HIV. Lester decidiu viajar a El Salvador na esperança de chegar antes que a saúde de Paty piorasse e suas memórias se perdessem com ela. Durante o processo, Lester decide colaborar com Nicola Chávez, na esperança de que ela pudesse ajudar a corroborar as lembranças de Paty. Ao chegar a El Salvador, Lester percebe que Avelar havia cometido vários erros. Em primeiro lugar, Paty não tinha 78 anos; na realidade, tinha apenas 60, embora as múltiplas doenças tivessem envelhecido sua aparência. Em segundo lugar, Paty não estivera presente na noite dos desaparecimentos. Por fim, o consumo de álcool ao longo dos anos só lhe permitia recordar fragmentos da história. Naquele momento, Paty vivia em um edifício deteriorado que antes fora conhecido como La Mojarra, um bar que havia pertencido a La Cuki Alarcón, que sim havia sido testemunha do desaparecimento de suas companheiras. Ao final desta crônica, Paty diz a Lester e a Chávez que, ainda que já seja tarde para descobrir a verdade sobre quem matou as mulheres desaparecidas de El Salvador del Mundo, ao menos espera que se acredite em sua memória.

o tempo que a polícia costumava demorar para libertá-las. Alarcón as procurou nas delegacias de polícia e contratou um advogado, mas seus esforços não deram resultado; os policiais apenas zombavam dela, dizendo-lhe que suas amigas já estavam mortas, que as haviam vestido de soldados para que brincassem de guerra.

Para Lester e Chávez, o governo dos Estados Unidos respaldou os crimes de guerra ao financiar o treinamento militar e continuar apoiando o governo salvadorenho, apesar de jornalistas do New York Times terem descoberto que o massacre de 1981 em El Mozote havia sido executado por um grupo militar treinado nos Estados Unidos. No momento dos acordos de paz, em 1992, assegurou-se o registro de crimes cometidos durante a guerra, com a finalidade de realizar uma reconstrução da nação junto com uma Comissão da Verdade. Os autores mencionam que, por haver um registro extenso das atrocidades cometidas durante o conflito, supuseram que iriam encontrar algum registro da noite dos desaparecimentos das amigas de Alarcón, mas não encontraram nada, e tampouco no escritório de direitos da Arquidiocese de San Salvador, razão pela qual não foi possível dar prosseguimento à busca, ante a falta dos nomes de nascimento das amigas de Alarcón, já que ela só conhecia seus nomes de mulheres.

Lester e Chávez mencionam que a busca de documentação que respaldasse tais fatos foi nula e que inclusive o ano do acontecimento poderia estar errado, já que as testemunhas deram datas entre 1978 e 1980, mas que o mais provável é que o acontecimento tenha ocorrido no final de 1980, já que nos jornais La Prensa Gráfica e El Diario de Hoy havia uma notícia de 1º de outubro de 1980, na qual os restos de um repatriado de possíveis origens de família abastada e classe alta estavam sendo velados na funerária La Religiosa e, de acordo com as lembranças de Alarcón, no dia em que ela tentou se esconder nessa funerária, o velório parecia muito ostentoso. Por isso, é possível, afirmam os autores, que esse dia tenha sido o mesmo que o do acontecimento do desaparecimento das amigas de Alarcón.

Se o crime foi notificado às autoridades da embaixada estadunidense ou a alguma organização de direitos humanos, este pode ter passado despercebido e foi considerado um crime não político. No entanto, quem perdeu suas amigas naquela noite acredita que ele o foi, já que argumentam que as trabalhadoras sexuais poderiam ter tido provas de um delito governamental e que tal evidência se encontrava em uma câmera roubada de um jornalista estadunidense. Alarcón assegurou a Lester e Chávez que o estadunidense chegou a seu bar

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

oferecendo uma recompensa pela câmera. Outra informante revelou que um sargento da Guarda Nacional havia alertado sobre as batidas em busca das supostas ladras da câmera. Além disso, uma das informantes comentou que uma das ladras tinha uma esposa cisgênero, que lhe mencionou que as autoridades haviam desenterrado a câmera de seu quintal. Naquela época, a maioria das pessoas da comunidade LGBT acreditou que as ladras haviam conseguido escapar.

No entanto, existem diversas teorias sobre o que realmente ocorreu. Lester e Chávez explicam que, segundo algumas versões, as ladras foram torturadas brutalmente até morrer e depois jogadas em uma vala comum, desaparecendo sem deixar rastro. Os familiares das vítimas não obtiveram respostas, e seus entes queridos ficaram na memória coletiva como fantasmas. Na construção do Monumento à Memória e à Verdade em San Salvador, onde se gravaram os nomes das vítimas, estima-se que faltam 45 mil nomes, incluídos os das mulheres trans desaparecidas do Divino Salvador del Mundo. Os autores mencionam que a história das desaparecidas daquela noite foi transmitida de geração em geração entre as trabalhadoras sexuais trans, a ponto de resultar difícil diferenciar os fatos das lendas. Essa história, em última instância, representa um reclamo pelos direitos das mulheres trans em um país homofóbico e transfóbico, que tem as cifras mais altas de violência anti-LGBT no hemisfério.

Em 2018, os jornalistas e pesquisadores salvadorenhos Marvin Díaz e Mario Beltrán publicaram uma reportagem intitulada “Las víctimas LGBTI de la guerra civil salvadoreña siguen en la impunidad” na revista eletrônica Gato Encerrado. Para essa reportagem, realizaram-se várias entrevistas. Os autores sustentam que o Estado salvadorenho foi incapaz de sistematizar e reconhecer as vítimas da comunidade LGBTI durante a guerra. Em vez disso, é a própria comunidade que se encarrega de organizar as comemorações e de investigar por meio de relatos, testemunhos e anedotas de seus integrantes. Segundo a opinião dos autores, tanto para a guerrilha quanto para o exército, os membros da comunidade LGBTI foram considerados simplesmente como carne de canhão.

Nesse contexto, Carolina Escobar afirmou que, além de sofrer perseguição e torturas devido ao conflito armado, as mulheres trans também eram vexadas e discriminadas pela sociedade salvadorenha em geral. Graças às convocatórias dirigidas à comunidade LGBTI salvadorenha, Escobar conheceu William Hernández, cofundador da Entre Amigos. Segundo

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

eles, estudos realizados indicam que, durante a guerra, ambos os lados contavam com membros da comunidade para levar a cabo atividades degradantes.

Essa afirmação é respaldada pelas investigações da AMATE, que assinalam que, em 26 de julho de 1984, o Batalhão Bracamontes realizou um massacre de pessoas recolhidas na hoje conhecida avenida Monseñor Romero. Os corpos torturados e esquartejados foram encontrados na zona El Playón. Essa mesma organização encontrou indícios de um desaparecimento forçado de entre 12 e 20 mulheres trans trabalhadoras sexuais em 1980, no hoje conhecido centro comercial La Campana. Menciona-se que, até a presente data, ambos os crimes seguem na impunidade e seus autores são desconhecidos.

Por outro lado, Nicola Chávez assinala que suas investigações foram dificultadas pela falta de informação fidedigna e de registros oficiais. Até agora, só encontrou quatro informantes que viveram os acontecimentos em primeira mão ou que inclusive sobreviveram às capturas. Essa escassez de informantes deve-se a que as mulheres trans que trabalhavam como trabalhadoras sexuais em 1980 levavam uma vida precária, marcada pela violência e pelas doenças. Por outro lado, as pessoas que se aproximaram da organização AMATE tentaram levar esses casos ante o Estado, mas a falta de informação e documentação impediu o avanço, especialmente porque não se sabe com certeza quem foram os perpetradores, ainda que se suspeite que poderiam ter sido militares ou paramilitares. Díaz e Beltrán afirmam que, se não fosse pela AMATE, não haveria nenhum registro mínimo que desse visibilidade à comunidade LGBTI e aos crimes cometidos contra ela, à sua participação na guerra e ao sofrimento que ela experimentou devido aos crimes de guerra e de ódio.

William Hernández, da Associação Entre Amigos, expressa na reportagem que as pessoas da comunidade LGBTI envolvidas com o FMLN viveram em condições de extrema violência e foram obrigadas a lutar na primeira linha de batalha, ao serem identificadas como parte da comunidade. Além disso, menciona que o Estado salvadorenho não reconhece as pessoas da comunidade LGBTI como cidadãos plenos, mas as categoriza como cidadãos de segunda classe devido a preconceitos pessoais, religiosos e morais. Segundo Hernández, essa discriminação é o que impediu o acesso à justiça para a comunidade LGBTI.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

A seguir, apresentamos a investigação da historiadora e advogada salvadorenha Paula Cuellar, que, desde um enfoque de direitos humanos, coloca a ênfase na violência sexual contra as mulheres guerrilheiras a partir de uma perspectiva de gênero e de classe.

Como se recordará, é em *Mujeres Montaña* que se tocou pela primeira vez na problemática da violência sexista nas fileiras do FMLN, considerando-se que ela alcançou níveis significativos. No entanto, é somente com o estudo de Cuéllar que se enfatiza e complexifica a abordagem das violações sexuais contra as mulheres, não só por parte do exército e dos corpos repressivos, como também das perpetradas na guerrilha, e as sequelas em suas vidas.

4.2. Violência sexual contra as mulheres durante a guerra

Cuéllar, em sua tese de doutorado em história, intitulada “*Las mujeres salvadoreñas hablan: Las historias femeninas de una revolución*”, aborda as violações sexuais perpetradas contra mulheres e meninas durante o conflito armado por parte das forças governamentais e das guerrilheiras¹⁴. A autora utilizou uma metodologia que incluiu a realização de 60 entrevistas com mulheres de todo o país.

O interesse de Cuéllar no tema das violações sexuais durante o conflito armado em El Salvador surgiu da análise do relatório da Comissão da Verdade. Este assinalou que 75% das vítimas de guerra em El Salvador foram homens e 25% foram mulheres, mas, para Cuellar, existe uma invisibilização dos crimes contra as mulheres, devido a que, como os homens morrem em maiores quantidades em uma guerra e, na violação sexual, as mulheres são consideradas sobreviventes, muitas vezes não se documenta, o que resulta nessa disparidade nas cifras.

Para a advogada, o mandato geral da Comissão da Verdade instruía os comissários a investigar casos que houvessem causado comoção na sociedade salvadorenha. Devido a que as violações sexuais estavam profundamente normalizadas, elas não eram consideradas crimes

¹⁴ Para construir esta seção, consultou-se a entrevista realizada com Paula Cuellar pela jornalista Laura Flores, da revista digital *Espacio*, datada de 2 de junho de 2023, e a reportagem “*Añil: un documental con hallazgos impactantes sobre las mujeres en la guerra civil de El Salvador*”, editada por Jhoel Díaz, do *Diario El Mundo*, e publicada em 10 de maio de 2023.

capazes de causar uma grande comoção social. Ainda assim, em seu Relatório, identificou-se a violação sexual como um dos sete crimes principais que os comissários se comprometeram a investigar.

No entanto, os únicos casos que dão indícios sobre esses crimes são o das religiosas Maryknoll, os massacres de El Junquillo e El Mozote e o caso da enfermeira francesa. Em relação às missionárias, ainda que se mencione que foram torturadas e assassinadas, omite-se o fato da violação sexual. Sobre El Junquillo, menciona-se de forma muito marginal; e, sobre o que ocorreu em El Mozote, apesar de se contar com livros que abordam o tema e com o testemunho de Rufina Amaya, as violações sexuais não foram documentadas adequadamente. Sobre a enfermeira francesa, descreve-se como se encontrou seu corpo com a roupa íntima abaixada, mas não se menciona que ela foi violada.

Embora o relatório da Comissão da Verdade pudesse constituir um divisor de águas, já que foi a primeira Comissão da Verdade na América Latina a incluir esse crime, ao não fazê-lo, perdeu-se uma oportunidade que teria feito diferença em comissões posteriores. Para Cuellar, até as comissões da Verdade na Guatemala, no Peru e, em menor medida, na Colômbia começaram a incluir violações sexuais, este resulta um ponto cego que as comissões tiveram até o momento na América Latina.

Concretamente, no caso de El Salvador, ao não se contemplarem essas violências contra as mulheres no relatório da Comissão da Verdade, definitivamente se perdeu uma oportunidade de justiça para as vítimas, mas também de desnaturalizá-la, o que é um fator de peso para que, na sociedade salvadorenha do pós-guerra, os corpos das mulheres sigam sendo utilizados para causar terror ou para reafirmar poderes patriarcais.

Cuellar adverte sobre sua investigação que esta não se centra na violência de gênero, mas enfatiza as violações sexuais para entender melhor como esse problema foi abordado no contexto do conflito. No entanto, ao iniciar sua investigação, Cuéllar entrevistou mulheres violentadas sexualmente pelo exército ou pelas forças de segurança, mas foi questionada por não conversar com as que foram violadas no interior do exército guerrilheiro, razão pela qual decidiu contemplá-las e inclusive categorizou aquelas que haviam sido violadas por ambos os lados.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

[...] Resultou-me muito significativo e muito revelador que as mulheres que sofreram violações por parte de ambos os lados consigam verbalizar o que lhes sucedeu com as forças de segurança. Mas têm muitas dificuldades para se sobrepor às violações das quais foram vítimas por parte da guerrilha, e não é a brutalidade. Isto é, a brutalidade das forças de segurança, há casos que superam meus piores pesadelos, mas no caso das forças guerrilheiras é que não unicamente se possuíram os corpos das mulheres, como também se traiu a confiança que essas mulheres tinham em seus companheiros. Como uma pessoa me disse: “é que eu ainda não consigo entender por que me violou um companheiro” [...] (Flores, 2023).

E Cuéllar continua:

[...] Falei com um ex-capitão do exército, e ele me dizia que uma morte é mais difícil do que uma violação, porque já não podes reconstruir tua vida. Depois de uma violação, sim; e eu perguntava às pessoas que entrevistava se elas sentiam que havia essa diferença, e me diziam que os homens não sabem os danos que te causa, que às vezes estamos mortas em vida [...] (Flores, 2023).

A advogada salvadorenha documenta que a lógica das violações em ambos os lados é distinta. No caso do exército e dos corpos de segurança, ela não é apenas para infligir dor à mulher que a sofre, mas também à sua comunidade, já que culturalmente estas são as depositárias da honra comunitária, e, para os homens, o fato de não poderem protegê-las dessa agressão significava humilhação.

Para Cuéllar, o sentido das violações sexuais nas fileiras guerrilheiras pode ser atribuído a que era uma forma de reafirmar o poder dos homens sobre o corpo das mulheres que transgrediram os papéis tradicionais de gênero e irromperam na vida pública, tomando as armas e contribuindo para a revolução. Ainda que também, a autora assinala que, durante a guerra, o acesso carnal às mulheres da tropa era considerado parte da cota revolucionária que estas tinham que aportar. Inclusive, menciona que, nas mulheres entrevistadas, fala-se muito do sentimento de frugalidade da vida, que significava viver o dia como se fosse o último, no qual o consentimento das mulheres para ter relações sexuais não era necessário. Não obstante, para a advogada, a guerrilha não violava com a mesma frequência pessoas da população civil. Em alguns casos, ainda que não em todos, se se descobria que alguém havia violado uma mulher da população civil, impunha-se uma sanção. No entanto, não se aplicava a mesma medida para as mulheres que estavam na frente de guerra.

Cuéllar foi muito questionada pelo fato de que se estivessem aplicando conhecimentos do presente a um fato do passado, especialmente em relação à teoria de gênero. No entanto,

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

essa visão, para a autora, não é de todo correta. E ela argumenta que a Comissão da Verdade se enquadra em um contexto mais amplo, precedido por três convenções internacionais sobre direitos das mulheres, sendo a última delas a realizada em 1985 no Quênia, onde já se abordavam as violações sexuais. Além disso, no mesmo período em que a Comissão da Verdade começou a trabalhar, celebrou-se a Conferência Internacional dos Direitos Humanos de Viena, onde se afirmou que os direitos das mulheres são também direitos humanos. Outra particularidade é que, na Comissão da Verdade de El Salvador, não participaram pessoas nacionais; todos os membros eram estrangeiros, que supostamente contavam com uma bagagem acadêmica e em matéria de direito internacional muito mais completa.

Por último, Cuéllar faz uma distinção entre as mulheres que sofreram violações, as sobreviventes e as vítimas. As primeiras encontram-se em uma etapa mais avançada de reconhecimento sobre o crime do qual foram objeto, enquanto às segundas levou muito mais tempo reconhecer-se como vítimas.

Por exemplo, as mulheres violadas pelo exército e pelos corpos repressivos consideravam que parte do repertório de torturas que o inimigo iria afligir-lhes era a violação sexual. No entanto, a violação por parte de um companheiro de luta é muito mais difícil de superar, porque rompe a confiança depositada e a visão da integridade do revolucionário.

A autora conclui que o patriarcado, um sistema de opressão profundamente arraigado na sociedade salvadorenha, não pertence exclusivamente nem à direita nem à esquerda. Ambos os lados beligerantes perpetraram violações quase impunemente. No caso das forças guerrilheiras, esse sistema manifestou-se de maneira especialmente cruel, já que as violações cometidas por companheiros contra companheiras não só constituíram um abuso físico, como também uma grave traição à confiança dentro de suas próprias fileiras.

“Añil” é um documentário baseado na investigação de doutorado de Cuéllar, e cujo diretor é o cineasta salvadorenho-mexicano Julio López. Trata-se de um recurso adicional para apresentar de alguma forma os achados de sua investigação e que surgiu com a ideia de evitar o extrativismo epistêmico, que implica que geralmente a academia leva a cabo esse tipo de trabalho e não devolve os resultados às pessoas que forneceram a informação. Devido a que muitas das mulheres entrevistadas têm dificuldades para ler e escrever, decidiu-se criar outra

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

forma de devolver-lhes os achados do estudo, já que elas deviam ser as primeiras beneficiárias¹⁵.

Considerações finais

A revisão da produção acadêmica permite identificar três vertentes nos estudos sobre as mulheres salvadorenhas na guerra civil. A primeira trata-se de estudos sociológicos e históricos com perspectiva feminista, que atendem às dimensões macro (nacional), meso (local) e microsocial (lar) de suas interações sociais e que complexificam a análise de sua mobilização social no campo da defesa dos direitos humanos, sua militância no exército guerrilheiro, bem como o impacto que supôs em suas vidas, nas de suas famílias e localidades, a ambiguidade que trouxe a legitimação da mudança e/ou a continuidade dos estereótipos de gênero em prol da revolução.

Os principais achados que a análise de sua participação como ativistas pela defesa dos direitos humanos revela são: a cota de dor que acompanhou sua militância por conhecer a verdade dos desaparecimentos, assassinatos e torturas de seus familiares e o grave risco de sofrer a repressão estatal, que, em vários casos, supôs sua detenção, tortura, desaparecimento, execução e a violência sexual. Seu destacado papel nos diversos eixos de ação política nos quais atuaram: a libertação das presas e presos políticos; a denúncia pública das graves violações dos direitos humanos e a investigação e documentação dos casos. Sua capacidade de liderança estratégica para o trabalho articulado do movimento de direitos humanos no interior e fora do país, e que conduziu ao aumento significativo de sua incidência política, em um marco de solidariedade e ajuda mútua.

Em relação às interações sociais de caráter microsocial que se encontram por trás de sua mobilização dentro do exército guerrilheiro, podemos apontar que são diversas as vias que derivam na participação das mulheres e que são resultado da interação pautada da biografia, das redes sociais e da competência situacional em nível pessoal. Essa análise microsocial distingue as variações individuais e aporta teorias mais precisas do ativismo revolucionário, melhorando

¹⁵ Para conhecer em mais detalhe o documentário *Añil*, ver a resenha de Luis Bruzón neste mesmo livro.

a compreensão em nível macro das causas, êxitos, fracassos e consequências não desejadas da mobilização feminina revolucionária.

Sobre o impacto da participação das mulheres na guerra, pode-se dizer que este foi contraditório, já que, por um lado, supôs uma ruptura de estereótipos de gênero, legitimada por uma necessidade da luta, sobretudo em sua vida sexual, na maternidade e nas relações de casal, mas também se encontraram práticas no interior das formações político-militares que os reforçaram, como foi a demanda legítima da busca de seus filhos e filhas desaparecidos ou a denúncia de seu assassinato ou encarceramento e o trabalho de cuidados com a tropa nas frentes de guerra.

A segunda faceta dos estudos sobre as salvadorenhas na guerra civil é a dos que, a partir da psicologia e da perspectiva de gênero, atendem à urgente tarefa de oferecer espaços de cura emocional e que ofereceram conhecimento significativo sobre as afetações que os traumas derivados da violência e os lutos não vividos implicaram para sua identidade e subjetividade, e que se supunham insumos valiosos para uma política pública dirigida às mulheres no pós-conflito.

Essa linha de trabalho aporta conhecimento sobre: a) a complexa convivência entre homens e mulheres de diferentes classes sociais (classe média, de extração camponesa) e origens (campo, cidade) durante a guerra e seu impacto na construção da subjetividade feminina pós-conflito; b) os fortes sentimentos de autoafirmação das mulheres após sua militância em condições extremas, mas também a ambiguidade que supôs em sua posição social no interior das fileiras guerrilheiras, o reforço dos estereótipos tradicionais de gênero, ao sublimar-se no imaginário coletivo a idoneidade das mulheres para acompanhar a luta revolucionária com base em suas qualidades femininas “naturais”; c) o paradoxo que implicou que seu valioso aporte e a utilidade política de suas transgressões ou reforço de papéis tradicionais de gênero nem sempre se refletiram no acesso a cotas de poder dentro do FMLN; d) os primeiros indícios sobre a violência sexista nas fileiras do FMLN, que alcançou níveis significativos.

A última e mais inovadora área de conhecimento sobre as mulheres e o conflito armado são as contribuições de profissionais da história e da antropologia que, mediante o enfoque de direitos humanos, colocam na arena acadêmica a violência sexual contra as mulheres

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

combatentes durante a guerra e a dramática experiência da violência política e social das mulheres trans no conflito armado.

A investigação histórica sobre as violações sexuais contra as mulheres salvadorenhas no conflito, perpetradas por ambos os lados em disputa, ainda que com distinta lógica no exercício do poder patriarcal, traz à luz que, apesar de as convenções internacionais da época considerarem a violação um crime, no Relatório da Verdade não se lhe deu a relevância que requeria, perdendo-se com isso a oportunidade de levar à justiça os criminosos e de iniciar processos de reparação às mulheres vítimas desses delitos, mas também de assentar as bases para desnaturalizar essas práticas de poder masculino, de forte raiz histórica e cultural e cuja presença continua lacerando a vida das mulheres, de suas famílias e comunidades na sociedade salvadorenha do pós-guerra.

Por último, e não menos urgente, é a necessidade de aprofundar os estudos das mulheres trans em um país marcado pela violência política da época, mas também pela violência social naturalizada e legitimada contra corpos feminizados, vigente até hoje. Estudos que constatem a dívida que o Estado salvadorenho tem de levar verdade, justiça e reparação às vítimas, às sobreviventes e às famílias da comunidade LGBTI+ salvadorenha, mas também que reiterem o compromisso que a academia tem de compreender a concatenação das múltiplas violências contra as mulheres e os corpos feminizados, já que, como estas indagações demonstram, a violência não é de esquerda ou de direita, mas de masculinidades hegemônicas presentes na sociedade salvadorenha pós-conflito.

Referências

AGUIÑADA, Dinora. (2016). Una mirada feminista sobre la participación de las mujeres en la guerra. El caso de El Salvador. In *Hommes armés, femmes guerrières* (pp. 105–116). Graduate Institute Publications.

CASTILLO, Isabel. (2020). Se atrevió a postularse: La improbable historia de Prudencia Ayala. *Americas Quarterly*. <https://americasquarterly.org/article/se-atrevio-a-postularse-la-improbable-historia-de-prudencia-ayala/>.

CUÉLLAR, Paula. (2 de junio de 2023). Entrevistado por L. Amaya. *Revista Espacio Digital*. <https://www.espaciorevista.com/entrevista-flores-paula-cuellar-en-el-caso-de-las-violaciones-sexuales-se-perdio-esa-oportunidad-de-decir-esto-esta-mal-23-6-2/>.

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

DIAZ, Jhoel. (10 de Mayo de 2023). “Añil”: un documental con hallazgos impactantes sobre las mujeres en la guerra civil de El Salvador. Diario El Mundo. Disponível em: <<https://diario.elmundo.sv/escena/anil-un-documental-con-hallazgos-impactantes-sobre-las-mujeres-en-la-guerra-civil-de-el-salvador>>.

ELSALVADOR.G. (16 de enero de 2024). El 16 de enero nos recuerda a las mujeres trans desaparecidas en junio de 1984. ElSalvadorg.com. <https://elsalvadorg.com/2024/01/16/el-16-de-enero-nos-recuerda-a-las-mujeres-trans-desaparecidas-en-junio-de-1984/>.

GARAIZABAL, Cristina y Norma Vázquez. (1994). El dolor invisible: una experiencia de grupos de auto-apoyo con mujeres salvadoreñas. Talasa Ediciones. https://eam8u4kmeuv.exactdn.com/wp-content/uploads/2014/09/EL-DOLOR-INVISIBLE-DE-LA-GUERRA-SF_opt.pdf.

GATOENCERRADO. (28 de junio de 2018). Las víctimas LGBTI de la guerra civil salvadoreña siguen en la impunidad. Revista GatoEncerrado. <https://gatoencerrado.news/2018/06/28/las-victimas-lgbti-de-la-guerra-civil-salvadorena-siguen-en-la-impunidad/>.

GOULD, Jeffrey. (2021). Solidaridad bajo asedio: El movimiento obrero salvadoreño entre el cielo y el infierno, 1970-1990. Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe. <https://librosoa.unam.mx/bitstream/handle/123456789/3274/SolidaridadBajoAsedio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

GUZMÁN, Gloria e Irantzu Mendía. (2013). Mujeres con memoria: activistas del movimiento de derechos humanos en El Salvador. HEGOIA. <https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/publications/292>.

HENRÍQUEZ, Alan. (2018). De la locura a la esperanza truncada: memoria de desarme, desmovilización y reinserción de excombatientes en El Salvador posconflicto. [Tesis]. En https://mx.boell.org/sites/default/files/tesis_alan_marcelo_henriquez_chavez.pdf.

IBAÑEZ, Cristina; Murguialday, Clara y Vázquez, Norma. (2020). Mujeres-Montaña. Vivencias de guerrilleras y colaboradoras del FMLN. Horas y Horas. <https://www.marxists.org/espanol/tematica/elsalvador/reflecciones/mujeres-montana.pdf>

LESTER, J. y Nicola Chávez (5 de enero de 2016). Lo que les pasó a las mujeres trans que desaparecieron en El Salvador. BuzzFeed. <https://www.buzzfeed.com/lesterfeder/lo-que-les-paso-a-las-mujeres-trans-que-desaparecieron>

LÓPEZ, Myrna. (2022). Renata memorias de una guerrillera. Nautilus Ediciones. En <https://www.ccesv.org/evento/presentacion-de-libro-renata-memorias-de-una-guerrillera/>

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

MARTIN, Alberto. (5 de mayo de 2014). El surgimiento del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) en El Salvador. *Elfaro.net*. [https://elfaro.net/es/201404/academico/15345/El-surgimiento-del-Ej%C3%A9rcito-Revolucionario-del-Pueblo-\(ERP\)-en-El-Salvador.htm](https://elfaro.net/es/201404/academico/15345/El-surgimiento-del-Ej%C3%A9rcito-Revolucionario-del-Pueblo-(ERP)-en-El-Salvador.htm)

MENJÍVAR, Mauricio. (2007). Presentación. La investigación de los movimientos sociales en perspectiva histórica: elementos para el debate. *Cuadernos Inter.c.a.mbio sobre Centroamérica y el Caribe*, (5), 5-12. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476948767001>

NAVAS, Candelaria. (2018). Los movimientos de mujeres y feministas en la transición de posguerra y su aporte a los cambios socioculturales en El Salvador. *Revista Realidad*, (N.º 151), 63-88.
https://www.researchgate.net/publication/330302926_Los_movimientos_de_mujeres_y_feministas_en_la_transicion_de_posguerra_y_su_aporte_a_los_cambios_socioculturales_en_El_Salvador

NAVAS, Candelaria. (2013). Movimiento de mujeres en El Salvador (1986-2008) : desde su invisibilidad histórica y política hasta la incorporación de la perspectiva de género. [Tesis de Doctorado]. Universidad Nacional Autónoma de México.
<https://repositorio.unam.mx/contenidos/83846>.

NAVAS, Candelaria. (1987). Las organizaciones de mujeres en El Salvador: 1975-1985. [Tesis de Maestría]. Universidad Nacional Autónoma de México, México.
<https://repositorio.unam.mx/contenidos/87146>

POLLACK, Michael. (2006). Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite. Ediciones Al Margen.
<https://diplomadoeducacionmemoriayddhh.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/05/41971336-pollak-memoria-olvido-silencio.pdf>

RAMÍREZ, Alfredo. (2017). Aglutinando a las derechas: los primeros años del partido ARENA, 1979-1984. En García, Roberto. y Taracena, Arturo. (Eds.), *La Guerra Fría y el anticomunismo en Centroamérica* (pp. 269-290). Flacso Guatemala.

SIERRA, Diana (15 de agosto de 2018). Nacimiento del feminismo revolucionario: la Asociación de Mujeres de El Salvador (AMES). *Elfaro*.
[https://elfaro.net/es/201808/ef_academico/22357/Nacimiento-del-feminismo-revolucionario-la-Asociaci%C3%B3n-de-Mujeres-de-El-Salvador-\(AMES\).htm](https://elfaro.net/es/201808/ef_academico/22357/Nacimiento-del-feminismo-revolucionario-la-Asociaci%C3%B3n-de-Mujeres-de-El-Salvador-(AMES).htm)

VITERNA, Jocelyn. (3 de marzo de 2014a). La historia de dos mujeres que participaron en la guerra salvadoreña. *Elfaro*. <https://elfaro.net/es/201403/academico/14929/La-historia-de-dos-mujeres-que-participaron-en-la-guerra-salvadorena>

VITERNA, Jocelyn. (18 de agosto 2014b). Mujeres en la guerra: Quiénes ganan, quiénes pierden. *Elfaro*. <https://elfaro.net/es/201402/academico/14850/>

ESTUDOS DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO SALVADORENHO

VITERNA, Jocelyn. (July, 2006). Pulled, Pushed, and Persuaded: Explaining Women's Mobilization into the Salvadoran Guerrilla Army. *American Journal of Sociology*. 2006;112 (1) :1-45 Harvard.edu. <https://scholar.harvard.edu/viterna/publications/pulled-pushed-and-persuaded-explaining-women%E2%80%99s-mobilization-salvadoran-guerrill>

VITERNA, Jocelyn. (2013). *Women in War: The Micro-processes of Mobilization in El Salvador*. Oxford Studies in Culture and Politics.



Esta é uma TRADUÇÃO publicada em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.